

Isabel Mansur

DESENVOLVIMENTO EM DEBATE

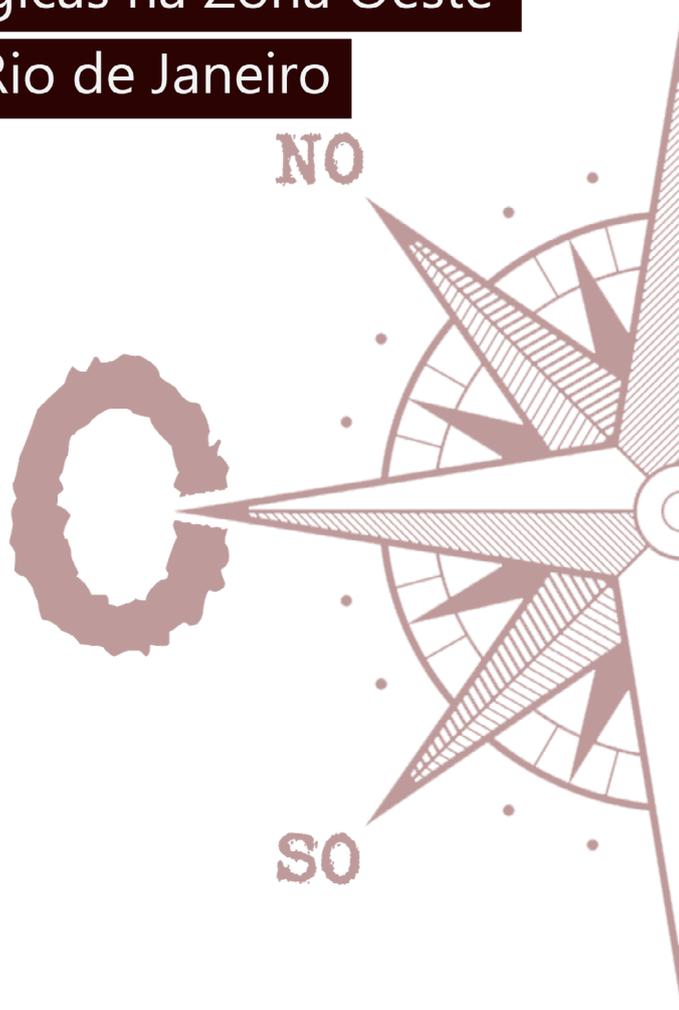
Questão urbana, resistências e alternativas
agroecológicas na Zona Oeste
do Rio de Janeiro



Isabel Mansur

DESENVOLVIMENTO EM DEBATE

Questão urbana, resistências e alternativas
agroecológicas na Zona Oeste
do Rio de Janeiro



Instituto Políticas
Alternativas para
o Cone Sul

M286d

Mansur, Isabel.

Desenvolvimento em debate : questão urbana, resistência e alternativas agroecológicas na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Isabel Mansur. – Rio de Janeiro : Instituto PACS – Políticas Alternativas para o Cone Sul, 2019. 75 p.

ISBN 978-85-89366-47-2.

1. Agricultura – aspectos ambientais – Rio de Janeiro. 2. Agricultura Sustentável – Rio de Janeiro. 3. Agricultura familiar – Rio de Janeiro. I. Mansur, Isabel.
II. Título.

CDD 630.277



Instituto Políticas
Alternativas para
o Cone Sul

Desenvolvimento em debate: questão urbana, resistências e alternativas agroecológicas na Zona Oeste do Rio de Janeiro
Isabel Mansur

ISBN 978-85-89366-47-2

2019_Instituto PACS - Políticas Alternativas para o Cone Sul
Av. Henrique Valadares, 23 - 504 - Centro • Rio de Janeiro -
RJ, 20231-030
www.pacs.org.br

Distribuição Gratuita

A reprodução do todo ou parte deste documento é permitida somente para fins não lucrativos e com a autorização prévia e formal do Instituto PACS, desde que citada a fonte.

PESQUISA

Isabel Mansur

COLABORAÇÃO

Aline Lima

Joana Emmerick

Sandra Quintela

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Equipe de comunicação Instituto PACS

Esta é uma publicação do Instituto PACS

1ª EDIÇÃO

Rio de Janeiro_2019

Sumário

Introdução	6
Parte I – Analisando a questão urbana: modelo de desenvolvimento e resistências na Zona Oeste	8
1.1. Problematizando desenvolvimento, desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo	8
1.a. O desenvolvimentismo: ideologia e prática	10
1.2. A questão urbana na Zona Oeste do Rio de Janeiro: resistências e existências, o caso da agroecologia e da produção de alimentos	29
1.2.a. Resistências e alternativas na Zona Oeste: o caso da agricultura urbana	36
Parte II – Diagnóstico Introdutório da Zona Oeste	41
2.1. A Zona Oeste em números	41
2.2. Indicadores de Desenvolvimento Social da Zona Oeste	43
2.3. Indicadores de Renda e Trabalho	52
2.4. Outros Indicadores	59
Breves apontamentos futuros	60
Notas	61
Referências Bibliográficas	67
Anexos	72

Introdução

A perspectiva deste trabalho é a de contribuir no esforço de repensar a economia a partir do cenário urbano, tomando, em particular, as alternativas agroecológicas da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Tendo o espaço urbano como terreno prioritário de análise, buscaremos refletir sobre formas de resistência e alternativas à ordem econômica, iluminando outras maneiras de produção e reprodução da vida que pulsam na cidade.

Com olhar atento sobre o padrão de desenvolvimento urbano, o Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs) vem atuando na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro desde o final da década de 1990. A partir de trabalhos de formação, do incentivo aos empreendimentos de economia solidária, autogestão e agroecologia, do fomento à organização e à articulação política, o Pacs busca, junto a outras organizações da região, potencializar debates e ações no campo das alternativas.

Acompanhando padrões de crescimento da economia nacional, a Zona Oeste foi alvo de um modelo de desenvolvimento de cunho “modernizante”, incluindo a construção de um complexo siderúrgico e portuário, remetendo-nos à quimera da vocação industrial atribuída à região desde, ao menos, a década de 1960. Dentre os principais projetos em curso se encontraram: a ampliação do porto de Itaguaí, a construção da Thyssenkrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), a implementação de um terminal conjunto da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) com a Gerdau e a Petrobras, a instalação do porto Sudeste e a implantação de um estaleiro da Marinha.

O Pacs denunciou em seus relatórios os impactos deste modelo na vida local¹, deixando claro que não diziam respeito à preservação do potencial das relações tradicionalmente desenvolvidas na região. Ao contrário, se caracterizaram por um processo exploratório de expropriação dos territórios de suas maiores potencialidades e de sua submissão permanente às prioridades do capital. Conformou-se, na prática, um modelo definido por demandas heterônomas à vida das populações. Trata-se exatamente do padrão oposto do que aparentemente se anuncia, ampliando a lógica de mercado, aguçando a desigualdade social

e aprofundando diferenças socioeconômicas, territoriais e culturais.

Partindo desta avaliação o Pacs foi ponta de lança do debate sobre desenvolvimento quando entendido enquanto crescimento econômico. Assumimos, como afirmativa, a perspectiva de apontar para outro modelo, endógeno, autogestionado e integral, cujo cerne se baseia no desenvolvimento humano e coletivo. Colocamos em questão o paradigma do desenvolvimento que, ao fundir-se com o ideário desenvolvimentista, confundiu-se com o paradigma industrializante.

Ainda que sejam alvo de forte pressão pela expansão de relações urbanas e industriais, a agricultura, a pesca, o artesanato, dentre outras atividades, persistem e constituem-se, na Zona Oeste, em práticas importantes para o sustento de famílias que lutam para manter modos de vida ligados aos territórios e comunidades. Deste modo, a despeito das mudanças nas estruturas fundiárias e produtivas da região podemos afirmar que alternativas econômicas e resistências reais ao modelo de desenvolvimento capitalista ali persistem.

Após um largo período de orientação da economia para a exportação de commodities, a intensa e profunda crise econômica de 2015 inaugurou uma conjuntura regressiva marcada por ajustes estruturais de cunho conservador, que colide ainda mais com experiências populares emancipatórias. Tendo como referência a resistência histórica de comunidades tradicionais buscamos colocar em xeque o modelo de mercantilização das vidas para a ampliação dos lucros e, por outro lado, ampliar o protagonismo popular na construção de tais alternativas. Neste sentido, o "outro modelo" perseguido pelo Pacs ao longo da sua história evidencia-se nas duas abordagens deste relatório: a) na perspectiva teórico-crítica sobre os conceitos de desenvolvimento, desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo; e b) a partir de um breve histórico sobre a ocupação territorial, social e econômica do Rio de Janeiro e, especificamente, da Zona Oeste, trazendo à luz as resistências existentes nesta região.

Utilizaremos como experiência emblemática a agroecologia e a agricultura urbana enquanto práticas comunitárias, autogestionárias e solidárias, a partir das quais pretendemos ressaltar o debate sobre as alternativas.

Na segunda parte do relatório buscamos diagnosticar as características particulares da Zona Oeste, especialmente no que diz respeito aos índices de desenvolvimento social, fundamentais para a elaboração de diagnósticos que venham subsidiar planos populares de desenvolvimento. Assim, as duas primeiras partes deste relatório constituem, em conjunto, um diagnóstico de base.

Parte I – Analisando a questão urbana: modelo de desenvolvimento e resistências

1.1. Problematizando o desenvolvimento, desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo

O esforço de reexaminar o debate sobre o desenvolvimento tem sido uma agenda institucional prioritária do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs). Ao longo de 2016, quando se deram as comemorações pelos 30 anos do Instituto², foi realizada uma série de debates sobre este tema com o propósito de analisar a controvérsia que hoje se coloca na agenda política brasileira. Isso porque, ainda que o Brasil tenha entrado nos últimos anos no rol das potências monopolistas internacionais³, há um sinal vermelho que se expressa na crise política e econômica de 2015, e que relança luz às opções tomadas, nos últimos anos, para o desenvolvimento econômico planejado pelo Estado. É hora de fazer um pequeno inventário, um balanço crítico que nos ajude a refletir sobre o último ciclo histórico e a conjuntura atual, que se aponta como mais regressiva e conservadora do que o próprio neodesenvolvimentismo do passado recente permitiria enxergar.

Como sabido, a última década e meia foi marcada, no Brasil, pela ascensão dos governos democráticos e populares do Partido dos Trabalhadores

(PT)⁴ numa coalizão com amplos setores sociais e aliança com parcelas da burguesia brasileira. Neles, o debate sobre desenvolvimento do período anterior assumiu novos patamares, e sintetizou, na prática, a união entre crescimento econômico e preocupação social, logrando impactos importantes, mas não duradouros, sobre as relações econômicas, políticas e sociais brasileiras.

No início do século XXI se formou no Brasil uma frente política identificada como “neodesenvolvimentismo”, que foi a base ampla e heterogênea de sustentação da política de crescimento econômico combinada com a realização de políticas de transferência de renda, cujo início se deu com os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e teve continuidade com Dilma Rousseff. Em grandes linhas, entendemos que a retomada do desenvolvimentismo (também referida como neodesenvolvimentismo) caracterizou a política econômica que substituiu o neoliberalismo a partir do início da Era Lula, e que permitiu uma frente de governabilidade sustentada numa aliança entre os trabalhadores (partidos e fundos de pensão) e o bloco de poder no qual figuram segmentos da grande burguesia nacional. Entre estes setores, destacam-se especialmente o agronegócio, a construção civil, a indústria naval (ligada ao petróleo), a indústria de transformação e outros atores do setor financeiro, como os bancos. (PACS, 2015, p. 9) .

Grosso modo, o contorno da discussão geral de desenvolvimento ou o neodesenvolvimentismo assumido por esses governos guarda íntima relação com o balanço ora proposto, especialmente por seu caráter de manutenção de características históricas do capitalismo brasileiro, a saber, dependência, economia primário-exportadora, altos índices de exploração da força de trabalho e desigualdade social gritante. Por outro lado, programas e ações que pareceriam pontuais – como o Bolsa Família, as políticas de crédito para consumo e o aumento do salário mínimo –, ao serem tomados em conjunto, impulsionaram a economia de maneira explícita, ampliando e melhorando o nível de vida de parcela considerável da população mais pauperizada⁵. Um modelo que, portanto, casou amplo incentivo às atividades capitalistas produtivas e financeiras, além de, do ponto de vista da maioria da população, ter ampliado o subsídio ao consumo e fortalecido e dinamizado o mercado de trabalho. Sendo conhecido também como um modelo social-liberal, o pacto social em que se baseou os governos

petistas não seria suficiente para reverter, ao menos estruturalmente, os problemas históricos de concentração de riqueza e desigualdade no Brasil, mas representou, do ponto de vista político e ideológico, um novo desenvolvimentismo.

Se o caráter capitalista deste modelo de desenvolvimento é, a bem da verdade, a fonte causadora do caráter desigual e contraditório da economia – um sistema que expropria, aliena e reduz o ser humano à mera força de trabalho e mercado de consumo –, como seria possível pensá-lo como parte da solução? Para encarar tamanha questão precisamos estruturar, em linhas gerais, um breve histórico sobre os modelos de desenvolvimento, o desenvolvimentismo, e o neodesenvolvimentismo enquanto fenômenos teórico e político no Brasil.

1.a. O desenvolvimentismo: ideologia e prática

Posso falar com o chefe do departamento, Não, não vale a pena, ele não o atenderia. Cipriano Algor tinha as mãos a tremer, olhava em redor, perplexo, a pedir ajuda, mas só leu desinteresse nas caras dos três condutores que haviam chegado depois dele. Apesar disso, tentou apelar à solidariedade de classe, Vejam esta situação, um homem traz aqui o produto do seu trabalho, cavou o barro, amassou-o, modelou a louça que lhe encomendaram, cozeu- a no forno, e agora dizem-lhe que só ficam com metade do que fez e que lhe vão devolver o que está no armazém, quero saber se há justiça neste procedimento. os condutores olharam uns para os outros, encolheram os ombros, não tinham a certeza do que seria melhor responder nem a quem conviria mais a resposta, um deles puxou mesmo de um cigarro para tornar claro que se desligava do assunto, logo lembrou-se de que não podia fumar ali, então virou as costas e foi acolher-se à cabina do caminhão, longe dos acontecimentos. O oleiro compreendeu que teria tudo a perder se continuasse a protestar, quis deitar água na fervura que ele próprio havia levantado, de todo o modo vender metade era melhor do que nada, as coisas acabarão com certeza por compor-se, pensou. (A Caverna, José Saramago).

O Mito da Caverna é um clássico do filósofo grego Platão, no qual se idealizam as projeções da realidade através das sombras vistas pelos humanos que estão presos em uma caverna. Os prisioneiros, caso sássem, perceberiam ter analisado a vida por imagens projetadas. Ali dentro, no entanto, enxergavam a vida pelas sombras, pelas paredes iluminadas da caverna. A caverna é aqui uma alegoria sobre parte aparente da realidade que é, geralmente, o próprio mito da realidade, e não sua parte mais profunda.

Mas, A Caverna, como destacamos na epígrafe acima, é também um belo livro do escritor português José Saramago. Nele, o autor conta a história de Cipriano Algor, um oleiro que fazia pratos e jarros de barro em uma pequena cidade rodeada por uma faixa agrícola verde, já a poucos metros cercada por uma faixa industrial com instalações fabris de todos os tamanhos e tipos. Levando uma vida de trabalhador artesanal, Cipriano passava os dias entre seu cão, sua família e sua produção na olaria. As dificuldades que lhe acometiam para manter-se produtivo – os clientes do centro da cidade preferiam agora os pratos e jarros de plástico – fizeram com que Cipriano se mudasse, junto à filha e seu genro, para o centro, uma parte da cidade onde milhares de pessoas comiam, trabalhavam e viviam sem ver a luz do sol. A vida urbana, ali representada numa metáfora, fazia de Cipriano um prisioneiro. É após descobrir uma escavação sobre a qual o prédio havia sido construído que a alegoria da caverna fica mais clara: a idealização da vida como espaço urbano-industrial fazia dos signos dessa relação projeções de luzes. Na verdade, era tudo o inverso.

A história de Cipriano e a alegoria da caverna de Saramago serve de ponto inicial para a nossa discussão. Uma metáfora da metáfora que utilizamos aqui para pensar as relações de vida e de desenvolvimento que pretendemos colocar em debate. A vida de Cipriano mostra não só o desenrolar do processo de ampliação da acumulação capitalista e seus impactos no território, como se aplica como metáfora à ideologia do desenvolvimento: desenvolver como um ideário, uma teleologia, uma escalada linear de avanços e progressos que necessariamente teriam impacto positivo sobre a vida das pessoas. A vida deste oleiro pode ser tomada de empréstimo para as transformações carregadas de propaganda de avanço, mas que, enxergadas mais de perto, significam incalculáveis mudanças, na maior parte das vezes nocivas, na vida das pessoas, em suas comunidades e em seus territórios.

O desenvolvimento, tomado segundo a perspectiva desenvolvimentista, fez parte, a partir da segunda metade do século XX, de um projeto de transformação econômica e social rumo à construção de nações capitalistas semelhantes aos países do centro. A partir da reprodução de um receituário básico, poderiam os países subdesenvolvidos eliminar os signos de seu "atraso".

Se faz necessário, porém, explicitar a forma de exposição da problemática aqui abordada porque quando nos referimos à questão do desenvolvimento há uma certa tendência em confundir processo de desenvolvimento, projetos de desenvolvimento e o ideário desenvolvimentista. Portanto, nestes primeiros parágrafos problematizaremos a nossa própria abordagem, pressupondo antíteses possíveis e explicitando a preferência pela análise aqui realizada.

Considerando a problemática analisada por Prado (2015), é possível afirmar, num primeiro plano, que a fusão entre a questão do desenvolvimento e o ideário do desenvolvimentismo se tornou praticamente irreversível, posto que estiveram historicamente amalgamados pela ideologia do desenvolvimento⁷. De fato, desenvolvimento enquanto um processo poderia se diferenciar de desenvolvimentismo enquanto um ideário de "avanço", ou como expressão do projeto de industrialização burguesa. A questão é que processo, projeto e ideologia se sistematizaram historicamente em um só corpo, numa concepção desenvolvimentista que reatualizava a visão de estágios ou graus de desenvolvimento⁷: o desenvolvimento do capitalismo tomado em medidas progressivas. Mas o capitalismo, reconhecidamente, é a própria alienação do humano em relação a sua humanidade, seu desenvolvimento interior e singular, pois pressupõe, justamente, um processo permanente de alienação em suas relações de trabalho, de interação com a humanidade e com a natureza.

Portanto, se tomássemos o debate como semântico, desenvolvimento poderia ser recheado de novos conteúdos e sentidos, como um processo que pressuporia outra forma de organização da relação do homem com suas vidas, o homem e a economia, e a própria economia poderia ser diferente. Poderíamos tomar também a expressão desenvolvimento social, que pressuporia certa distribuição do acesso à bens sociais, como direitos, transporte, saúde, educação etc. Para todos esses distintos conteúdos do termo desenvolvimento precisaríamos refletir, contudo, sobre qual é a economia em que estamos inseridos e em que medida é viável elencar "outra forma de desenvolvimento" em convivência com a acumulação do capital, centrada na valorização do valor. Vamos retomar este tema em breve, especialmente no debate das alternativas ao desenvolvimento. Por agora estamos interessados em considerar o conceito enquanto resultado histórico, que tem no desenvolvimentismo uma expressão hegemônica e muito difundida do que se pensou enquanto desenvolvimento dirigido pelo Estado no Brasil e na América Latina, colocando em questão o destino do termo desenvolvimento enquanto autônomo frente ao capitalismo, e o próprio conceito como passível de disputa.

Cabe ainda ressaltar que, longe de fazer uma interpretação sobre os grandes "ciclos" de desenvolvimento no Brasil, estamos interessados

em perceber como, na prática, o ideário do desenvolvimentismo enquanto um projeto nacional sustentou-se, em diferentes períodos, como uma aliança rumo ao desenvolvimento, dotando-o de um sentido ordinariamente positivo. Assim, queremos fundamentalmente debater o desenvolvimentismo de meados do século XX e o neodesenvolvimentismo enquanto síntese de superação e conservação do desenvolvimentismo precedente, ambos sob a égide da "questão nacional". Na parte final deste relatório, quando discutiremos alternativas ao desenvolvimento, retomaremos à separação entre estes debates para proceder à análise do que seria (e se é cabível afirmar) um "outro desenvolvimento" possível.

Em suma, queremos entender como desenvolvimento, do significado que propunha um processo de "sair de dentro", "relacionar-se", passou a ser o seu avesso: um processo de "deixar de envolver", "perder o envolvimento".

Desenvolvimentismo a partir da década de 1950

A doutrina do desenvolvimentismo é basicamente ligada à expansão estadunidense pós 1948. Contudo foram os acontecimentos da primeira metade do século XX, principalmente as guerras, crises econômicas e experiências revolucionárias, que tornaram o debate sobre o desenvolvimento econômico em países "coloniais", "semi-coloniais", "subdesenvolvidos", "dependentes" e "periféricos" um objeto de discussão de fôlego. Desde então a compreensão do desenvolvimento enquanto um processo econômico necessário uniu perspectivas distintas, tendo importância, inclusive, nas estratégias dos partidos socialistas do mundo todo. Abrigando-se em um discurso nacionalista supostamente homogêneo, misturavam-se, numa mesma vertente, vários "nacionalismos" de segmentos sociais singulares.

Fundamental é perceber, entretanto, que a Guerra Fria terá efeitos sobre essa controvérsia teórica. Diretamente influenciada pelo esforço das instituições internacionais multilaterais e do governo estadunidense, a ideia de desenvolvimento econômico como contraponto e meta ao subdesenvolvimento se acercará cada vez mais das palavras e das práticas políticas do segundo mandato de Harry Truman (1949), então presidente dos Estados Unidos da América (EUA):

Quarto, devemos embarcar em um audacioso programa novo a fim de tornar os benefícios dos nossos avanços científicos e progresso industrial disponíveis para o avanço e crescimento de áreas

não desenvolvidas. Mais da metade das pessoas no mundo vivem em condições à beira da miséria. A comida deles é inadequada. Eles são vítimas de doenças. A situação econômica deles é primitiva e estagnada. A pobreza em que eles vivem é uma desvantagem, é uma ameaça tanto para eles quanto para as áreas mais prósperas. Pela primeira vez na história, a humanidade possui o conhecimento e a habilidade para amenizar o sofrimento dessas pessoas. Os Estados Unidos estão à frente de outras nações no que tange ao desenvolvimento de tecnologias industriais e científicas. Os recursos materiais dos quais dispomos para dar assistência a essas pessoas são limitados. Contudo nossos incontáveis recursos em conhecimento tecnológico estão constantemente em crescimento e são inesgotáveis. Eu acredito que nós deveríamos colocar à disposição dos amantes da paz os benefícios do nosso acúmulo de conhecimento tecnológico a fim de ajudá-los a concretizar suas aspirações por uma vida melhor. E, junto com outras nações, nós deveríamos encorajar o investimento de capital em áreas que necessitam de desenvolvimento (TRUMAN, 1949) ⁸.

A partir de então esta controvérsia foi alçada a um novo patamar de disputa. Carregado de conteúdo expansionista estadunidense, o ideário do desenvolvimento trazia consigo uma onda de valores das democracias ocidentais supostamente "universais", incluindo desde a forma de organização econômica até o modo de organização política.

Não era ainda, no entanto, uma derrota do desenvolvimento enquanto campo de disputa de maneira prática e conceitual. Quando incorporada ao debate de autores oriundos da periferia do mundo capitalista, a questão do "como e porque se desenvolver" tomaria novos rumos e tensionaria as perspectivas oficiais. Questionando o caráter universal suposto pela lógica de receituário, Furtado e Prebisch, apesar de incorporados a um dos organismos multilaterais, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal)⁹, exerceriam contrapontos à tese de que o processo de acumulação capitalista tenderia a alcançar o resultado econômico por etapas, fato que levaria outros países a eliminar o atraso aderindo a um receituário básico de medidas.

Críticos dessa perspectiva, Prebisch e Furtado contribuíram ao recolocar a discussão na perspectiva da totalidade estruturante do capitalismo internacional. Nesse sentido,

De fato, esta pode ser considerada a maior importância do pensamento surgido na Cepal, e da crítica que fizeram Raúl Prebisch e Celso Furtado à economia do desenvolvimento ortodoxa. Mesmo limitados pela defesa dos interesses da burguesia industrial latino-americana em ascensão, os autores cepalinos criticaram, à luz da periferia, a perspectiva do atraso que informa a economia do desenvolvimento e abriram novo horizonte de reflexão para a América Latina.

Isto fica mais explícito ao expor as propostas políticas dos autores da economia do desenvolvimento, por exemplo: Rosenstein-Rodan, quando propõe um big push nos países atrasados, com a coordenação internacional dos investimentos externos; Nurkse, quando defende a intensificação do comércio internacional para melhor aproveitamento das vantagens comparativas, junto ao crescimento equilibrado da indústria para o mercado interno; Lewis, quando argumenta por uma maior participação dos lucros na renda nacional como forma de incentivar a expansão do setor capitalista, fazendo uma análise do país atrasado com oferta ilimitada de mão de obra enquanto uma "economia fechada", para depois analisar a economia mundial "aberta" do ponto de vista dos países industriais adiantados; ou Rostow, quando aponta de forma etapista o processo pelo qual as distintas sociedades atingem a "era do consumo de massas" e do bem-estar social. Todos defendendo a superioridade do modelo capitalista de desenvolvimento sobre a experiência alternativa da União Soviética, e a viabilidade de se replicar o modelo de desenvolvimento estadunidense na periferia (BORJA, 2013, p. 177).

A corrente cepalina teve forte influência em todo o debate sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e latino-americano. Por outro lado, do ponto de vista nacional, os teóricos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb)¹⁰ adensariam o debate sobre o desenvolvimento em sua perspectiva nacional. Tanto cepalinos como isebianos convergiam ao apontar que o desenvolvimento em países periféricos e subdesenvolvidos só seria possível como fruto de uma

estratégia planejada levada a cabo pelo Estado. Desse modo, propunham modificações estruturais da economia através da constituição de um mercado interno seguro, proteção da indústria nacional contra as estrangeiras e a criação de uma reserva de mercado. Tais medidas deveriam figurar acompanhadas do combate de três tendências da industrialização periférica: desemprego estrutural, deterioração dos termos de troca e desequilíbrio externo. Já os intelectuais do Iseb, circunscritos à realidade brasileira, partiam de diagnósticos e conclusões muito próximos às formuladas na Cepal: diante do papel do Brasil e de seu lugar na divisão internacional do trabalho, o país se circunscreveria entre as nações subdesenvolvidas, sendo a chave para o seu desenvolvimento a construção de uma economia nacional. Num sentido geral, os teóricos do Iseb – resguardada as diferenças entre eles – supunham que a contradição básica a ser superada pela economia brasileira poderia ser alcançada pela via capitalista (nacional) do desenvolvimento econômico¹¹.

O Iseb (...) foi um centro produtor de ideologias nacional - desenvolvimentistas diferenciadas, que tinham em comum apontar como contradição principal na sociedade brasileira o embate entre "nação" e "antinação". Elegia o "povo brasileiro" como principal agente da História – não qualquer classe em especial. Assim, um autor como Hélio Jaguaribe apostava no capitalismo autóctone na periferia ocidental. Alberto Guerreiro Ramos defendia que o pesquisador deve assumir o ponto de vista da nação, propondo uma ideologia do desenvolvimento e uma ideologia da sociologia nacional. Vieira Pinto apostava nas massas populares no comando do processo de desenvolvimento e dizia-se marxista, assim como alguns de seus jovens assessores. Por sua vez, o militar comunista Nelson Werneck Sodré não pretendia constituir ideologias nacionais, mas fazer ciência (RIDENTI, 2009, p.3).

No sentido da relação política interna, apregoavam o equilíbrio entre interesses sociais distintos, encobrindo-os pelo ideário de nação. O que o nacional-desenvolvimentismo não apontava era, justamente, o determinante papel desempenhado pela burguesia brasileira em aliança com os capitais internacionais. Por trás de um discurso estatal universalizante já se fortaleciam as ações centralizadoras de capitais, a relação associada entre capitais brasileiros e imperialismo, assim como a burguesia industrial brasileira e a burguesia internacional.

Assim, “as bases do modelo de internacionalização eram assumidas pela burguesia que – ao contrário das visões produzidas por certos segmentos da sociedade sobre ela – jamais defendeu a industrialização autônoma” (MENDONÇA, 2012, p.66).

Do ponto de vista da crítica à Cepal e ao Iseb, Oliveira (1972) no clássico *Crítica à Razão Dualista*, questiona o diagnóstico dual-estruturalista, fundamentalmente baseando-se nas análises da Cepal, mas que pode ser estendida para outros ideólogos do “avanço” versus “atraso”. Para ele,

No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno”, não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia (OLIVEIRA, 1972, p. 12).

Atribuiu-se a essa concepção, por mediação da crítica de Oliveira, um caráter “dualista” fruto da oposição do polo “arcaico” a um “moderno” sem que esses se relacionem dialeticamente com a totalidade: as condições que sustentavam o desenvolvimento urbano-capitalista no Brasil. Isto porque a necessidade de superar o antagonismo social entre dois setores seria chave em leituras cepalinas e isebianas: o setor tradicional-agrário (arcaico) deveria ser suplantado pelo urbano-industrial (moderno). O primeiro obstaculizava, por envolver a centralidade agrário-exportadora do Brasil submetida a condições de heteronomia, o processo de desenvolvimento autônomo, devendo, assim, ser sobrepujado para que se pudesse levar a cabo o processo de desenvolvimento nacional. A crítica é retomada também, em “*Navegação Venturosa*”, onde Oliveira (2003) acrescenta a discussão das distintas formas de enxergar o desenvolvimento desigual:

A tese cepalino-furtadiana da dualidade distingue-se da constatação geral e histórica do “desenvolvimento desigual e combinado” da tradição marxista (Lênin e Trotsky) precisamente porque para Furtado e a

Cepal o desenvolvimento é desigual – tanto pelas diferenças de grau e ritmo de desenvolvimento quanto pelas diferenças qualitativas entre setores que se desconhecem entre si -, mas não é combinado. Os dois setores não têm relações articuladas: o setor “atrasado” é apenas um obstáculo ao crescimento do setor “moderno”, principalmente porque, por um lado, não cria mercado interno e, por outro, não atende aos requisitos da demanda de alimentos (...). (OLIVEIRA, 2003, p. 13-14).

A doutrina desenvolvimentista esteve marcada, portanto, pela imagem e semelhança do desenvolvimentismo enquanto meta. Uma síntese de características do desenvolvimentismo é apresentada por Ricardo Bielschowsky, que o entende sumariamente como “a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico (...)” (2007 [1988], p.7) que se comporia dos seguintes elementos:

- a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do desenvolvimento brasileiro;*
- b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado, por isso é preciso que o Estado a planeje;*
- c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão;*
- d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente. (BIELSCHOWSKY, 2007 [1988], p.7)*

A doutrina que permeou a Cepal e o Iseb, além de dualista, passou a ser conhecida na história do pensamento econômico como nacional-desenvolvimentista ou desenvolvimentista. Acima de tudo, ela é uma concepção industrializante e de uma suposta submissão do capital ao Estado.

Sobre este ponto, chama atenção o fato de que alguns projetos desenvolvimentistas nos anos 1950 e 1960 defendiam um desenvolvimento autônomo, soberano, mas sem perceber que o “desenvolvimento” era uma ideologia propícia para o capital em escala internacional, sob hegemonia estadunidense, em seu processo de expansão e de integração dos sistemas de produção. Afinal, o que “se desenvolvia” era o sistema interestatal capitalista, com todas as suas contradições, e não um ou outro país específica e “autonomamente” (PRADO, 2012).

O declínio do desenvolvimentismo é notório após o golpe de 1964, no qual a burguesia brasileira se alia ao imperialismo e aos militares. Após a vitória da onda repressiva na América Latina e no Brasil durante as décadas de 1960 e 1970, consolida-se a política dos EUA na região, alcançando forte êxito no sentido do desenvolvimento conservador-autoritário e não mais no sentido nacional-desenvolvimento: “foi essa nova coalizão de poder que deu a marca autoritária e anti-social do desenvolvimentismo dos anos 60/80.” (FIORI, 1999). Neste sentido, teria sido ela “a promover uma gigantesca concentração e polarização da renda, e foi uma resultante dessa coalizão a forma ‘selvagem’ como o capitalismo brasileiro viveu o seu ‘milagre econômico’” (FIORI, 1999).

Durante esse período, o financiamento para viabilizar o projeto de desenvolvimento brasileiro era em grande parte obtido através da aquisição de empréstimos a partir de divisas da exportação de petróleo, também conhecidos como “petrodólares”. Já na década de 1980, após a grave crise do petróleo do final da década de 1970, completou-se o movimento de captura do Brasil pelo capital externo, legando uma enorme dívida externa e profunda financeirização interna da economia.

Ainda durante o período da ditadura empresarial-militar, entre as décadas de 1960 e 1970, o debate teórico trouxe à luz novos contornos ao desenvolvimento. A vertente defendida por Fernando Henrique Cardoso, a despeito de aprofundar com Enzo Faletto o diagnóstico da dependência dos países periféricos – sobrepujando a ideia de subdesenvolvimento –, proferiria o avanço brasileiro a partir do processo de desenvolvimento associado¹², um desenvolvimento que regride em relação à própria concepção do nacional-desenvolvimentismo. Questionando os pressupostos do capital nacional, os autores chegaram a conclusões mais adaptativas ainda à divisão internacional, que nos lega ao lócus da dependência.

A teoria da dependência associada de Cardoso e Faletto (1967) talvez tenha sido o principal questionamento à viabilidade do projeto de criação de uma burguesia nacionalista no Brasil, projeto este fortemente ligado ao nacional-desenvolvimentismo. Como um país periférico e dependente dos polos hegemônicos do capitalismo central, o Brasil, segundo a dependência associada, deveria buscar formas alternativas de desenvolvimento econômico através de alianças com os países centrais (CORDEIRO, 2014, p. 234).

Vale destacar que a originalidade do termo dependência é fruto dos autores da teoria marxista da dependência¹³ que, ao passo que tiveram relevância fundamental na história do pensamento econômico, não fizeram parte stricto sensu do que chamamos aqui de desenvolvimentistas, pois pressuporiam alternativas socialistas. As críticas da década de 1960 seguiram na década de 1970 pelo supracitado Francisco de Oliveira e por intelectuais marxistas, mas não somente. Intelectuais do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap)¹⁴ como Maria da Conceição Tavares e José Serra, dentre outros, começavam a apontar, por distintos ângulos, as contradições intrínsecas aos pressupostos do nacional-desenvolvimentismo.

No interlúdio entre a decadência desta doutrina e a retomada do neo-desenvolvimentismo manifestam-se, no Brasil, duas outras longas ondas de diretrizes econômicas. A primeira, já aqui sublinhada, é a do desenvolvimento conservador e autoritário durante a ditadura. Um segundo momento, já após a democratização e a eleição do primeiro presidente do Brasil por voto direto (1989), foi a era do Consenso de Washington e das políticas neoliberais. No período entre ambos expressou-se um intento de ampliação de um projeto de acesso a direitos fundamentais, em especial como resultado do ensaio de bem-estar inscrito na Constituição Federal promulgada em 1988. No entanto, a tentativa de ampliação de um compromisso social pela via jurídica acabou, na prática, submetida e constrangida pelos ditames da ampliação do mercado.

Se é notório que as medidas do Consenso de Washington aprofundaram-se durante os governos Fernando Henrique, a partir de 1995, também os planos Collor I e II, implantados em 1990 e 1991, incentivaram demissões, congelamento de salários e confiscos na poupança, ou seja, ofensivas sobre os bens dos trabalhadores. As medidas estruturais de ajuste, seguindo o receituário de Washington, fortaleceram-se já na transição do governo Itamar Franco para o governo de Fernando Henrique Cardoso, que foi o ministro da Fazenda

do mandato de Itamar e, portanto, responsável pela área econômica de seu governo e pela criação do Plano Real.

Uma “nova” orientação de desenvolvimento para o conjunto das nações, em especial para a América Latina, consistia, de acordo com John Williamson¹⁵, numa “lista de 10 reformas específicas que [...] em 1989 quase todo mundo em Washington acreditava [que] eram necessárias em quase todos os países da América Latina”. Estas reformas diziam respeito ao enxugamento do papel do Estado e à liberalização, consistindo em: disciplina fiscal; mudança nas prioridades para despesas públicas; reforma tributária; liberalização do sistema financeiro; taxa de câmbio “competitiva”; liberalização comercial; liberalização da entrada do investimento direto externo; privatização das empresas estatais; desregulamentação; e direitos da propriedade assegurados. O período neoliberal significou um momento de intensa rapinagem do monopólio estatal e sua disponibilização para o capital privado, se afixando na retirada de direitos, na flexibilização das relações de trabalho e na ampliação de mercados de serviços para a exploração privada (educação e saúde, por exemplo).

O neodesenvolvimentismo: entre a novidade e a repetição

Não menos importante no que diz respeito a esse panorama histórico, devemos nos remeter, enfim, ao período atual. Conforme sugere Borón (2007), é frente aos governos progressistas da América Latina que emerge, no início do século XXI, a proposta político-teórica do novo-desenvolvimentismo. Diante do que representou, tanto na teoria como na prática, podemos afirmar que uma possível decadência ideológica desenvolvimentista não apenas foi superada como foi ultrapassada pelo “novo”. No caso particular do Brasil, entender o neo-desenvolvimentismo do último período enquanto prática e ideologia de progresso é fundamental. Nele, mobiliza-se todo um arcabouço histórico que guarda o imaginário de superação aos entraves e ao atraso, o desenvolvimento nacional e o ideário de Nação autossuficiente.

Entre diversos esforços empreendidos para conceituar o fenômeno do Lulismo e suas contradições, o de André Singer é muito relevante. Grosso modo, o autor caracteriza o Lulismo como um período baseado em uma aliança de classes que permitiria, de forma lenta e gradual, implantar um programa de redução da pobreza e de ampliação do mercado interno de consumo de massas. Balizado em um pacto conservador e num reformismo fraco, o modelo Lulista, segundo ele, “simultaneamente, reproduz e avança as contradições brasileiras” e é “lento e desmobilizador, mas é reformismo” (SINGER, 2012, p. 28). Somando manutenção da ortodoxia econômica com política de

promoção do mercado interno de forma estável, o Lulismo é visto por Singer como um declínio do programa classista de ruptura com o modelo capitalista e a afirmação de outro programa¹⁶.

Singer se apoia em Caio Prado Júnior e Celso Furtado para demonstrar que um dos principais elementos da manutenção do “atraso” no Brasil seria a existência de uma massa de miseráveis que obstaculizaria o desenvolvimento de atividades produtivas – que deveriam absorvê-los, por outro lado, como força de trabalho. O Lulismo expressaria, então, uma síntese contraditória entre ambas as almas programáticas fundidas em um só tempo: um modelo de redução da pobreza com manutenção da ordem. Pressupunha uma postura mais dócil ao capital, afirmando-se enquanto projeto nacional-popular de desenvolvimento que não se oporia ao capitalismo.

A agenda política e ideológica do neodesenvolvimentismo trouxe consigo os Planos de Aceleração do Crescimento (PAC I e PAC II) e projetos de integração regionais internos e externos, como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)¹⁷, que estimulariam uma participação ainda maior do Estado no fornecimento de infraestrutura para o capital. Junto a outros determinantes já expostos aqui, um movimento de expansão econômica significativo fez a economia brasileira chegar, em 2011, ao posto de 6ª economia mundial.

A transnacionalização de empresas brasileiras para regiões, como África e América Latina, demonstra que o Brasil participou de forma ativa do processo de internacionalização dos capitais, potencializando a relação entre capitais brasileiros e internacionais, sejam os capitais vinculados aos fundos públicos ou os capitais privados¹⁸.

Em Angola, a empreiteira Odebrecht já é a maior empregadora privada do país. Em Moçambique, a Vale tem a concessão de exploração por 25 anos (renovável por igual período) de parte importante das minas de carvão de Moatize, província de Tete, uma das últimas reservas inexploradas de carvão do mundo (onde também operam a Rio Tinto e a indiana Jindal). O megaprojeto é marcado por protestos e impactos às comunidades locais. Na perspectiva brasileira, na América Latina assim como na África, as ações para fortalecer a vinculação com a China expressam o esforço para atrelar-se e garantir a sua fatia em oportunidades, negócios e contratos junto ao principal motor de acumulação do capitalismo nas próximas décadas, identificado nos prospectos

de urbanização da Ásia (majoritariamente) e da África (em menor medida), que representam o principal processo gerador de demanda (e de crescimento do volume da demanda) na lógica da expansão do capitalismo e das suas conexões com os processos extrativos e de industrialização em nível global.

(...)A parceria comercial com a China e os investimentos chineses no Brasil atendem em seu conjunto a uma correlação de forças e favorecem interesses e projetos que estão hoje no cerne do modelo de desenvolvimento brasileiro. O aumento da participação chinesa em território nacional se dá pela participação direta dos investimentos e pela execução de projetos, mas também pelas lógicas estruturais do projeto de desenvolvimento nacional que têm a demanda chinesa como horizonte, como nas perspectivas da soja e do agronegócio e dos investimentos que reforçam a expansão das infraestruturas para a logística do complexo agromineral (como as hidrovias, ferrovias e portos) (MORENO, 2015, p. 66- 67).

O novo desenvolvimentismo se insere numa dinâmica internacional e num patamar de centralização do capital cada vez mais ampliado. Ainda assim, reacendeu-se todo um debate sobre o neo-extrativismo e a reprimarização¹⁹ da economia, já que a priorização da exportação de commodities foi um dos traços marcantes deste último período expansionista. Pelo comportamento imperialista dos capitais – monopólio, centralização e transnacionalização –, apontar as características do extrativismo e da exportação de produtos primários é relevante para se entender os motivos pelos quais se aprofundou a dependência e a subalternidade da economia, desde que se tenha cuidado para que não seja invisibilizada a relação entre capitais. Recolocar os termos de Nação versus Nação seria justificar os pressupostos da própria ideologia desenvolvimentista.

Cabe-nos o reconhecimento de que foi o conceito de capital-imperialismo, cunhado por Fontes (2010), que chamou atenção para a generalização e o aprofundamento do imperialismo atual, apontando para um novo momento da relação-capital enquanto totalidade econômico-política e internacional. Por outro lado, o capital-imperialismo estabelece polos subalternos, entre os quais se encontrariam países como o Brasil,

Ora, é exatamente a clarificação da composição heteróclita do capital- imperialismo que nos leva a admitir que no bojo de sua expansão se tenham constituído novos polos também capital- imperialistas, embora subalternos. Tais resultados não foram necessariamente desejados ou fruto de uma atuação intencional de capital-imperialistas singulares, eventualmente mais propensos a modalidades neocoloniais. A expansão capital- imperialista ocorreu na medida em que o país reunia algumas de suas condições econômicas fundamentais: um ciclo avançado de industrialização e monopolização do capital, com a existência dos diferentes setores econômicos complexamente entrelaçados; um Estado plasticamente adaptado ao fulcro central da acumulação de capitais e com razoável autonomia diante das pressões emanadas por capitalistas singulares ou por um único setor econômico, capaz de garantir a manutenção complexa da acumulação expandida através de uma atuação externa consequente; formas razoavelmente estáveis de contenção das reivindicações igualitárias populares (FONTES, 2010, p.307).

Destacar o caráter permanentemente desigual e combinado²⁰ da expansão do capitalismo também é fundamental no trabalho da autora, frisando que o capital enquanto processo, longe de proporcionar um desenvolvimento linear ou evolutivo, cria e recria, sem cessar, exacerbadas contradições e tragédias sociais. O novo- desenvolvimentismo, no entanto, longe de reconhecer estes limites, reiterou, sob o reaquecimento de um ideário nacional, uma cápsula ideológica: estaríamos fadados a retomar um programa de superação de entraves, impedimentos ou obstruções para chegar a um patamar “mais avançado” do capitalismo brasileiro, mesmo que sob o legado de dívida e financeirização. Neste bojo, a relação com grandes empreiteiras e obras faraônicas seria parte intrínseca do projeto de aceleração.

Do outro lado do pacto, o dos trabalhadores, incentivou-se a produção em pequena escala, quer fosse a dos microempreendimentos, a da economia solidária, agroecologia ou dos próprios movimentos sociais – como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por exemplo, segundo políticas nacionais²¹. Sem avançar em reformas estruturais, mas incentivando os movimentos e consumidores pela via da produção, do consumo, do crédito e das políticas compensatórias²²,

o pacote de crescimento do neodesenvolvimentismo contemplaria amplos setores populares, setores médios e o grande capital produtivo e financeiro, num pacto pelo progresso que beneficiaria o país "como um todo". Como afirmou Boulos (2015): "foi o modelo do ganha-ganha: todos ganham e ninguém perde".

Isso funcionou, ainda que com distorções, enquanto a situação econômica mundial estava favorável ao Brasil. A demanda acelerada de commodities pela China e o preço do petróleo nas alturas (combinado com a descoberta de petróleo na camada pré-sal) estimularam o crescimento e geraram expectativas grandiosas para a economia do país. A economia brasileira viveu um ciclo de crescimento e o governo Lula chegou a ter índices de popularidade superiores a 80%.

O estouro da crise em 2008 reverteu este cenário. A China começou a desacelerar e a buscar matérias-primas em outras regiões. O preço das commodities sofreu expressiva retração, como no caso do minério de ferro, que chegou a US\$ 200 a tonelada em 2008, e está abaixo de US\$ 50. A maré virou.

A média do crescimento anual nos oito anos do governo Lula, até 2010, foi de 4%. Já entre 2011 e 2014, nos primeiros quatro anos de Dilma, foi de 2,1%, a metade. A presidenta encarou uma conjuntura internacional bem mais desfavorável aos produtos brasileiros.

Com o declínio da economia, declinou o consenso. O que havia permitido ao Estado sustentar o modelo ganha-ganha foi a margem expressiva para o investimento público. Na medida em que não realizou mudanças na estrutura econômica, o governo liderado pelo PT limitou-se a manejos no orçamento. Isso depende da arrecadação, que, por sua vez, está condicionada ao crescimento (BOULOS, 2015, p.10).

Foi justamente o caráter internacional da acumulação e a divisão internacional da produção que proporcionou colocar em questão

o dualismo da acepção de desenvolvimento enquanto estágio, o desenvolvimentismo enquanto ideologia e o neodesenvolvimentismo enquanto novo ideário de avanço. Mesmo que as circunstâncias de desenvolvimento do próprio capitalismo tenham apontado para o caráter ideológico do desenvolvimentismo, ele, paradoxalmente, parece se reapresentar sob o pretexto do desenvolvimento nacional, mas aprofundando a internacionalização do capital.

Este fato demonstra o quanto o mito do crescimento econômico e nacional como produtor de melhoras na vida social tem prestígio no conjunto das acepções progressistas. O limite de tal lógica se demonstra cada vez mais claro, seja nas possibilidades conjunturais dos governos desenvolvimentistas, seja nos limites estruturais da relação entre capitalismo e natureza, trabalho e humanidade. É o crescimento pautado na economia capitalista que traz efeitos nefastos à vida social e ambiental, pois está associado à ampla concentração de capitais e à desigualdade social e de renda, sempre através da extrema exploração do trabalho. Portanto, os ganhos em consumo e em produção resultam numa mudança relativa no conjunto das relações sociais, mas não absolutas. Tais mudanças são, no entanto, positivas se comparadas aos momentos ainda mais regressivos e menos "sociais" da economia.

São inúmeros os teóricos que vêm apontando o esgotamento do modelo petista desde junho de 2013, quando ocorreram amplos movimentos sociais urbanos. O pacto do consenso aponta ter demonstrado suas fissuras em especial nas cidades. Rolnik (2015) já demonstrava que a dinâmica imobiliária financeirizada e de subsídio à demanda era uma importação dos modelos internacionais de mercantilização do território, cujos padrões remontam ao neoliberalismo chileno de Pinochet e ao recente paradigma estadunidense que resultou no estouro da "bolha imobiliária" em 2007, deixando diversas pessoas sem-teto nos EUA. Para Boulos,

O maior exemplo destes efeitos no caso do ciclo de crescimento petista foi a dinâmica urbana. As cidades brasileiras sintetizaram as contradições do modelo e os limites do ganha-ganha. Os conflitos urbanos forçaram entrada na agenda política.

Nunca antes o setor da construção e o mercado imobiliário receberam tantos investimentos no Brasil. Os últimos dez anos, a partir de 2005, poderiam ser chamados, sem exagero, da década do capital imobiliário.

Em 2005, o montante total de crédito para a construção e o financiamento imobiliário do país era de R\$ 4,8 bilhões. Em 2014 foi para R\$ 102 bilhões. Isso mesmo, um crescimento de mais de 2.000% em dez anos.

(...)Os investimentos urbanos alimentaram uma especulação imobiliária feroz. Num passe de mágica, a terra converteu-se em ouro. O valor do metro quadrado cresceu, entre 2008 e 2015, 220% em São Paulo e 265% no Rio de Janeiro. Outras metrópoles do país tiveram índices semelhantes.

O resultado deste surto especulativo foi a expulsão dos mais pobres para regiões ainda mais periféricas (...).

Os investimentos públicos e privados terminaram por aprofundar um modelo de cidade segregador. Ricos e classe média no centro e pobres jogados em periferias mais e mais afastadas. Muros reais e simbólicos, marcando a intolerância das elites em conviver no mesmo espaço que os desvalidos. Intolerância que degenera em fascismo e política oficial de controle militar das periferias (BOULOS, 2015, p.11-12).

Segundo projeções do Fundo de Populações nas Nações Unidas, em 2030 as cidades dos países "em desenvolvimento" poderão concentrar 80% da população urbana mundial (UNFPA, 2007). Projeções como estas e todo o impulso que o último período de neodesenvolvimentismo aportou para o espaço urbano recolocam-nos no princípio deste texto.

Nele, Cipriano Algor e a sua produção de barro serviram como metáfora para a "sem volta" dinâmica do desenvolvimento do capitalismo urbano, que afetava todo seu modo de vida – territorial, habitacional, de trabalho e de convivência. Neste sentido, e refletindo sobre as novas linhas que demarcam o urbano e rural na atualidade, em especial se inseridos na dinâmica de racismo ambiental²³ estruturante da expansão urbana brasileira, é preciso colocar em questão novamente o desenvolvimento a partir das margens daquilo que chamamos de cidade.

Para tanto, partiremos do Rio de Janeiro e de uma de suas periferias, a Zona Oeste, refletindo-a não só através do questionamento à distopia urbana-industrial que ofusca a cidade real, como também no que diz respeito às resistências que apontam, diariamente, outras formas de pensar a economia da vida. É esta a aproximação que faremos a partir de agora.

1.2. A questão urbana e a Zona Oeste do Rio de Janeiro: resistências e existências - o caso da agroecologia e da produção de alimentos

A urbanização da economia e sociedade brasileira nada mais é senão a extensão a todos os recantos e setores da vida nacional, das relações de produção capitalistas, embora seja ainda, em muitos casos, apenas uma tendência, sua marca é peculiar: já não se pode voltar atrás. Essa urbanização em muitos sentidos é contraditória; por que não seria? (OLIVEIRA, 1977, p. 74)

As cidades se constituíram historicamente enquanto espaços de aglomeração populacional, residencial e comercial. O campo, por outro lado, foi por muito tempo o locus da produção agrícola, especialmente a alimentícia. A mutação do espaço urbano enquanto espaço da produção industrial atende à dinâmica geral do desenvolvimento do capital: o processo de acumulação precisa transformar todas as áreas em potencialmente disponíveis à apropriação²⁴. Constrói-se um mercado com diversas faces – de terra, de produção, de consumo, de trabalho. A fim de sobreviverem, trabalhadores que não dispõem mais dos meios de produzir se aglutinam nos espaços mais próximos às ofertas de empregos e mercadorias.

No Brasil, país “fundado” na lógica da agroexportação para a acumulação da colônia, as cidades, em especial as litorâneas, funcionaram como entreposto comercial durante longo tempo. O campo, por sua vez, seria o espaço da produção de mercadorias para exportação em uma relação de produção escravista colonial²⁵.

O Rio de Janeiro, por ter sido ao longo de quase dois séculos (1763-1960) a capital do país, pode ser considerado como um exemplo particular desta trajetória: uma cidade com função político-administrativa e comercial que servia como ponte para a circulação de mercadorias, enquanto o campo interiorizado era voltado para a produção. Como afirma Oliveira (1982, p.67), o tema enquanto processo é bem mais abrangente do que esta particularidade, pois “no urbano começam a sintetizar, em qualquer direção, os problemas da expansão do capitalismo no Brasil”.

O urbano no Brasil é historicamente fundado numa contradição singular: enquanto o locus da produção

era rural, agrário, o lócus do controle foi urbano. Explicitemo-nos: a economia brasileira foi fundada no movimento de acumulação primitiva do capitalismo mercantil do século XVI, passando logo a realçar-se como localização privilegiada para certa produção de alimentos e matérias-primas, na base do trabalho escravo compulsório. A sede dessa produção era, naturalmente, o campo; mas a sede do controle era urbano, exatamente porque não se tratava de uma economia que estava transitando desde a divisão social do trabalho fundada na agricultura para outros setores, mas de uma economia fundada para cumprir um papel específico na acumulação internacional a partir de controles metropolitanos: não apenas porque a exportação necessitasse de serviços urbanos, mas porque a produção foi fundada para a exportação, a cidade nasce no Brasil antes mesmo do campo. (...) O que fazia a diferença nessa contradição de uma produção localizada no campo e um controle da cidade sobre o campo era não apenas o caráter mercantil da exploração, mas o papel de, desde o princípio, ter o Estado nessa estrutura de relações (OLIVEIRA, 1982, p. 68-69).

Santos (2002) também afirma, tal qual Oliveira, o caráter político-administrativo e comercial como fundadores da urbanidade carioca. Até o início do século XIX, a produção no território fluminense estava centrada no cultivo da cana-de-açúcar, fundamentalmente em Campos dos Goytacazes; mas ganhou uma nova dinâmica – ao longo do mesmo século – junto ao aprofundamento do cultivo de café. A constituição de todo um aparato logístico para esta nova produção foi a locomotiva rumo à fundação de novos municípios, numa marcha que tanto reforçou a interiorização como a centralização comercial na cidade do Rio de Janeiro.

A marcha do café tem um registro cronológico na fundação dos municípios fluminenses: Valença (1823), Mangaratiba (1831), Barra Mansa (1832), Paraíba do Sul e Vassouras, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Itaboraí (1833), Piraí (1837), Saquarema (1841), Casemiro de Abreu e Rio Bonito (1846), Rio Claro (1849), São Fidélis (1850), Petrópolis (1857), Araruama (1859), Santa Maria Madalena (1861),

Carmo (1874), Sapucaia (1881), Santo Antônio de Pádua (1882) e Itaperuna (1885). O Rio de Janeiro, cidade com dinamismo próprio desde o período colonial, deu suporte a esta rede de cidades locais. O ciclo ferroviário reforçou poderosamente a centralização urbana no Rio (LESSA, 2000, p.103 apud SANTOS).

O apogeu da produção cafeeira se confunde também com o processo de transição da estrutura fundiária brasileira. É com a promulgação da lei de terras, em 1850, e sua regulamentação em 1854 que se consolida a terra como propriedade privada e forma-se um mercado de terras. Na letra da lei, novas doações seriam proibidas e as terras devolutas seriam vendidas. Em um relatório do Pacs, de 2001, Fania Fridman observa a complementaridade desse processo:

Tal norma jurídica satisfaz, aparentemente, os objetivos da elite agrária brasileira e dos posseiros, ao impedir o acesso a esse meio de produção para grande parcela da população. A lei, por outro lado, promovia a pequena propriedade como forma de atração dos imigrantes. Foi, portanto, um período de significativas mudanças. Abrange a passagem da crise do sistema sesmarial à mercantilização do solo, aliada à formação do Estado Imperial e à adequação da economia brasileira, com o café, ao novo contexto capitalista industrial.

A regulamentação da estrutura fundiária se confundiu com o apogeu da produção cafeeira, não por coincidência. Pode-se perceber, também, no período, a concentração ou o monopólio da terra – apesar do aumento do número de forasteiros e arrendatários que, com os registros paroquiais, legitimaram suas posses como propriedades. Por outro lado, os cafeicultores, que constituíam um novo tipo social – muitas vezes com títulos nobliárquicos e ocupando cargos políticos – estabeleceram alianças com o setor mercantil (PACS, 2001, p.18).

Como sabido, a abolição do escravismo (1888) não se deu no Brasil sob a égide de um processo de “inclusão dos de baixo” com uma reforma agrária ou democratização fundiária. De um debate político pautado

em reformas estruturais necessárias à produção – como a reforma agrária, por exemplo –, o trabalhador foi incorporado à “modernidade urbana” sob condições precárias e vilipêndios de todas as ordens, convertendo-se em verdadeiro “caso de polícia”:

A preocupação pelo destino do escravo se mantivera em foco enquanto se ligou a ele o futuro da lavoura. Ela aparece nos vários projetos que visaram regular, legalmente, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, desde 1823 até a assinatura da Lei Áurea. (...) Com a Abolição pura e simples, porém, a atenção dos senhores se volta especialmente para seus próprios interesses. (...) A posição do negro no sistema de trabalho e sua integração à ordem social deixam de ser matéria política. Era fatal que isso sucedesse (FERNANDES, 1964, p.30).

A questão da mercantilização da terra persistiu ao longo de todo século XX no “sertão carioca”, atualmente conhecido como a Zona Oeste do Rio de Janeiro²⁶. A tentativa dos pretensos proprietários de expandirem seus domínios valia-se, dentre outras coisas, das indefinições jurídicas que possibilitavam a grilagem, um procedimento que se tornou bastante conhecido, inclusive pelos poderes públicos. Em Jacarepaguá, por exemplo, conflitos de terra limitariam a própria produção agrícola da região: “Ninguém faz plantio de profundidade; poucos até se arriscam a cuidar da avicultura. Todo mundo tem medo de ser despejado de uma hora para outra pelos pseudo-donos da terra”, disse Juremar Perpeta Júnior, liderança da Liga Camponesa de Jacarepaguá²⁷. Isaias Nunes Araújo resumiu o “problema agrário” no conhecido “sertão carioca”²⁸: “O lavrador sem terra, explorado pelos grileiros, com seus produtos tabelados e esperando ser despejado de uma hora para outra é obrigado a produzir pouco”²⁹.

Uma das estratégias das lideranças dos lavradores para reverter a apropriação indébita de terras era tentar que a “questão agrária” fosse vista como problema para o abastecimento de alimentação na cidade: “nossas terras foram transformadas em paraíso dos grileiros. Explorados e desamparados, não podemos abarrotar o mercado carioca de produtos agrícolas, meio prático e eficaz de fazer baixar os preços dos gêneros alimentícios, de combate à carestia”³⁰. O que as lideranças pretendiam era fazer com que o movimento reivindicatório dos lavradores fosse visto como um problema geral e não como uma questão específica do meio rural da cidade. Em abril de 1947, o advogado da Liga Camponesa de Jacarepaguá, Pedro Coutinho Filho, apresentava como sendo “justas reivindicações” dos lavradores os seguintes itens:

a) cadastro das terras; b) comissão composta por representantes do patrimônio federal e municipal, Ministério da Agricultura e Secretaria do DF, Departamento de Terras e Colonização, DNOS, vereadores, juízes, engenheiros e representantes do Exército e da Marinha para avaliar a legitimidade dos títulos apresentados; c) expulsar, "através de medidas legais (legislativo e judiciais)", os "grileiros"; d) regulamentação dos contratos de arrendamento; e) desapropriação de áreas economicamente exploráveis para os lavradores; f) crédito fácil; g) amparo às cooperativas, Ligas, Sindicatos para eliminar os "intermediários"; h) melhoria do sistema de transporte; i) extensão da CLT aos assalariados agrícolas; j) conservação dos serviços do DNOS; l) fim da especulação imobiliária; m) redução de impostos³¹.

Perto da virada para a década de 1950, o acirramento do processo de loteamento fez com que muitas famílias de agricultores passassem a vivenciar concretamente a possibilidade de despejo. A partir daí, muitos daqueles que ainda ocupavam terras foram afetados por táticas agressivas de deslocamento: a violência não se deu apenas através de ameaças, mas tomou forma na repressão empreendida por capangas a partir de rondas noturnas e da destruição de casas, benfeitorias e lavouras, além da derrubada de cercas.

Em Jacarepaguá, na área de Vargem Grande e Vargem Pequena, por exemplo, os lavradores eram obrigados a aceitar "um contrato com cláusulas medievais" do Banco de Crédito Móvel³². O Radical noticiava, em agosto de 1950, que as Companhias Tijucomar, Barra da Tijuca S.A e Lagoamar S.A agiam na Restinga de Jacarepaguá (atualmente Barra da Tijuca) para "negociar" terras que não lhes pertenciam. Por conta disso, "posseiros trintenários são desalojados a mosquetão e a sevícias" por "capangas armados até os dentes"³³. A trajetória da ocupação de terras, além de demonstrar o grau de violência da expropriação e da apropriação do espaço, serve como exemplo para ilustrar a transição do "sertão" para a "cidade": um histórico carregado de força física e simbólica.

É após 1964, com os novos projetos de desenvolvimento³⁴, que a área passa por mudanças aceleradas, recebendo, a partir de então, inúmeras indústrias. Com a transferência do Distrito Federal do Rio de Janeiro para Brasília em 1960, a economia da cidade se separaria, até 1975, da economia do estado. Esta operação fez a cidade do Rio de Janeiro investir na ocupação da Zona Oeste e da Baixada de Jacarepaguá, áreas territoriais amplas e "disponíveis" para a expansão econômica. Assim,

A Baixada Fluminense era a localização óbvia. Contudo, situava-se fora dos limites do estado da Guanabara, o que levou o governo carioca a investir na ocupação da Zona Oeste e da Baixada de Jacarepaguá, únicas áreas disponíveis para a expansão da cidade. Com esse objetivo, implantou um grande projeto viário, incluindo o Túnel Dois Irmãos, que abriu o acesso àquelas regiões. Redefinindo os vetores de expansão urbana, o governo executou uma política com base na criação de distritos industriais, buscando redirecionar a localização dos investimentos industriais e tentando conter nos limites da Guanabara os seus efeitos dinâmicos (SANTOS, 2002, p. 41, grifos nossos).

A localização dos distritos industriais não obedeceu apenas à necessidade de expansão da cidade do Rio de Janeiro, mas à conservação de seu centro comercial separado do ambiente da produção, agora industrial. Já nas décadas de 1980 e 1990 e frente aos altos valores imobiliários, a região da Zona Oeste passou a ser alvo de forte ocupação territorial por trabalhadores. Ao final de 1990 já eram diversos os loteamentos e as ocupações populares, o que teve uma contrapartida política: a iniciativa de regularizar as ocupações consideradas até então como “clandestinas” pelo Instituto de Terras do Rio de Janeiro (Iterj)³⁵, órgão cuja finalidade principal era tratar da regularização da posse da terra. Entretanto, se a questão da posse foi em alguma medida elaborada, as condições de loteamento, saneamento, energia elétrica, transporte, saúde e violência militarizada³⁶ foram dando uma tônica específica à ocupação local.

Em paralelo ao processo de constituição dos distritos industriais, a combinação de áreas rurais pouco ocupadas com o arrefecimento do entusiasmo dos projetos industriais (a partir dos anos 1980, 1990), a Zona Oeste foi concentrando também projetos de habitação social, assentamentos irregulares, clandestinos, ilegais, precários e/ou inapropriados (CHALFUN, 2010). Sobressaíram ao longo dos anos na Baía de Sepetiba, em particular no entorno das áreas industriais, a consolidação de conjuntos habitacionais e assentamentos espontâneos e informais, com baixo grau de regularização. A Zona Oeste se caracterizou por ser também um dos principais destinos de conjuntos habitacionais nas políticas de habitação social (PACS, 2015, p.43).

O projeto de desenvolvimento difundido no último período, já discutido na primeira parte deste relatório, voltou a tratar a Zona Oeste como uma área ou potencialmente industrial, via megaprojetos, ou de expansão imobiliária – em especial na Barra da Tijuca e Jacarepaguá –, via megaeventos. A tônica da industrialização como “alternativa

possível” faz parte de um amplo espectro de análises acadêmicas sobre a região, dentre as quais poderíamos citar a pesquisa de La Rovere (2009), para quem “a Zona Oeste reveste-se de grande potencial para o desenvolvimento industrial e tecnológico, ainda que as atividades comerciais sejam bastante relevantes pela ótica do número de estabelecimentos e empregos locais” (pág.58).

Não à toa, o projeto de desenvolvimento destinado à Zona Oeste a partir dos anos 2000 fez parte da “trajetória de esforços para instalar o Rio no grupo restrito das cidades-globais (global-cities)”, como analisou o já citado relatório do Pacs sobre a Baía de Sepetiba (2015). Assim, sob um novo ideário de avanço e de um desenvolvimentismo econômico local, foram reforçadas questões estruturais da região como: conflitos fundiários e ambientais, precariedades estruturais, militarização dos territórios e valorização imobiliária. Este tem sido o real legado do desenvolvimento urbano pautado na industrialização da Zona Oeste, que não inclui, e nem pretende, o bem-estar da população.

Ao falar da Zona Oeste da cidade estamos nos referindo, portanto, à margem, à periferia do processo de desenvolvimento. Como processo real engendrado a partir da expansão das relações do capital e determinando-se em um espaço de produção desigual, são relegadas às periferias precárias condições de vida e os mais impactantes processos produtivos, social ou ambientalmente.

No entanto, esta definição não é suficiente para perceber as relações específicas existentes na Zona Oeste, pois transformações do seu território também se deram sob a intensa resistência dos modos distintos de produzir e reproduzir a vida; fato que, mesmo que silenciado pelo ideário desenvolvimentista produtivo, teima em sobreviver. Vamos a elas.

1.2.a. Resistências e alternativas na Zona Oeste: o caso da agricultura urbana

"O espaço é a acumulação desigual de tempos"

Milton Santos

Iniciamos este relatório abordando criticamente o conceito de desenvolvimento e as suas expressões desenvolvimentista e neo-desenvolvimentista. Seguindo a análise, expusemos o quanto o processo do desenvolvimento do capitalismo, em seu sentido urbano e industrial, trouxe consequências para a Zona Oeste do Rio de Janeiro. Encoberta pelo discurso produtivista e desenvolvimentista, a política de distritos industriais levou, na prática, a um racismo ambiental intrínseco à expansão urbana, legando a alguns espaços à precariedade de condições de vida e de convivência com um mundo produtivo altamente impactante. Trilhando a concepção hegemônica do conceito de desenvolvimento, percebemos que, a despeito do ideário que apregoa, o movimento pelo qual ele se apresentou incluiu, concretamente, a apropriação da terra, a expropriação do território e a construção de condições de expropriação dos trabalhadores.

Afirmamos que as concepções desenvolvimentistas, calcadas numa lógica dualista, asseveram que o desenvolvimento leva a um ápice "modernizante", ponto de chegada que estaria obstaculizado, entravado ou impedido pela existência de um setor "atrasado", "arcaico" que não permite desenvolver o urbano-industrial. Após perseguir o movimento do desenvolvimento, planejado ou não, já podemos encarar a sua verdadeira face: um processo pelo qual o modo de produção capitalista vai se determinando, contendo e subordinando a dinâmica social, territorial e de vida a sua lógica produtiva. O fato é que, do ponto de vista prático, a afirmação do desenvolvimento – seja sob a égide do desenvolvimentismo nacional, do desenvolvimento conservador e autoritário, do desenvolvimento liberal ou do neodesenvolvimentismo – levou à frente o incontornável destino do desenvolvimento do capital segundo sua lógica de permanente expropriação. Avançar rumo ao desenvolvimento é dirigir-se rumo às formas mais brutais de organização do trabalho, dos territórios e da vida.

Por outro lado, e a este tema voltamos agora, a teoria dualista é pressuposta num erro analítico explícito. Em todo processo de desenvolvimento há um caráter "desigual e combinado", uma interação dialética entre distintas formas de produção, uma interseção entre formas antigas e novas, sendo a nova tida como avançada apenas se a tomarmos como ideologia. Embutir um julgamento valorativo ao desenvolvimento como positivo foi um dos movimentos pelos quais o

termo, atualmente, expressa uma construção ideológica indissociável ao avanço do capital.

Este *détour* se faz necessário justamente porque é no território da Zona Oeste que se encontram presentes, como anunciamos, inúmeras experiências que remetem à continuidade de práticas de um recém-passado “sertão carioca” ou “zona rural” do Rio de Janeiro, atualmente inseridas no cinturão de relações urbanas. Agricultura, pesca artesanal, mariscagem e artesanato, dentre outras, são atividades que garantem o sustento de diversas famílias e se constituem como outra forma de produzir, contrapostas à relação de produção que tudo expropria e destrói.

A trajetória do movimento de Agroecologia nos interessa particularmente, pois enfrenta dois dos mais relevantes debates atuais da expansão do mercado: a questão da mercantilização da terra e a industrialização da agricultura (agronegócio). Assim, uma prática secular de origem rural, com referência nas experiências camponesas, se torna um exemplo emblemático de resistência à mercantilização fundiária, às relações de produção, à exploração da natureza e à submissão alimentar e de saúde.

Quando falamos de Agricultura Urbana estamos nos referindo não só à atividade agrícola praticada nas cidades ou em meios urbanos, mas ao conjunto de saberes e práticas do plantio tradicional, de cuidado em saúde e de cura ligados à produção artesanal, familiar e comunitária. Em conjunto, estas expressões de resistência se convertem numa cultura de resistência, pois incluem aprendizados, muitas vezes orais, de formas muito específicas de produção, cuidado, saberes, “inovação local, racionalidade ecológica, criatividade, cooperação, solidariedade, produção artesanal, cuidado e campesinidade figuram como elementos norteadores desses processos locais de luta pela reinvenção do destino” (AS-PTA;PACS, 2014, p.13).

É fato que a Agroecologia pode ser encarada no contexto urbano como uma reminiscência. A convencionalidade interpretativa tende a enxergá-la como “resíduo do passado”, que será inexoravelmente aplastada pela modernização desenvolvimentista. Ou, por outro lado, aparentam ser experiências inofensivas que não têm capacidade de generalização. Significam, no entanto, justamente o contrário:

Pelo seu caráter essencialmente local, e algumas vezes social e geograficamente isolado, essas experiências permanecem pouco visíveis e não costumam ser encaradas como expressões relevantes de força transformadora. De fato, vistas individualmente,

aparentam ser inofensivas ao status quo. No entanto, segundo a nossa mirada em 3D, a existência empírica dessa multiplicidade de experiências autônomas, localmente enraizadas e construídas de baixo para cima representa a manifestação efetiva de resistência aos padrões de desenvolvimento impostos de cima para baixo (AS-PTA;PACS, 2014, p.11).

No Rio de Janeiro, Zona Oeste, a prática da agricultura urbana tem envolvido diversos atores organizados em movimentos sociais ou redes militantes, tanto de produção como de consumo. Um destaque especial é a grande participação de mulheres, que não só estão em posições importantes na organização desses movimentos, como têm na agricultura urbana um meio de vida e de sustento. A auto-organização dessas mulheres tem sido fundamental, pois fortalece suas inserções, assim como permite um conjunto de reflexões sobre o perfil de quem são os atores envolvidos nessas práticas. Além de grande parte serem mulheres, são negras, quilombolas e participantes do embate pela terra na região.

Como vimos, a história do crescimento do Rio de Janeiro esteve associada, por um lado, à urbanização e, por outro, à luta de trabalhadores da terra, tanto na Baixada Fluminense como na Zona Oeste da cidade³⁷. Contraditoriamente, até hoje, o maior desafio para um é o não avanço do outro: a permanência da agricultura em regiões metropolitanas está diretamente associada à inversão da marcha de industrialização e urbanização dos territórios.

Todo o debate da Agroecologia e de suas práticas nos remete de volta, portanto, à discussão sobre a capacidade de mudança social contida nas "alternativas". É de inegável valor a existência de todo esse movimento de agricultura urbana e a sua representação, tanto simbólica como prática, de outras formas de existência; havendo, sem dúvidas, inúmeras potencialidades nesta outra forma de conceber a economia. Mas é preciso destacar que, na livre expansão de uma economia de mercado, tais alternativas, para sobreviverem, tendem a sofrer inúmeras pressões.

Poderíamos voltar a nos debruçar num debate que pensasse as alternativas ao "desenvolvimento", mas essa aproximação, em nosso ponto de vista, não tende a render muito. O Pacs assumiu como afirmativa, há muito tempo, o apontamento de outro modelo de desenvolvimento, endógeno, autogestionado e integral, cujo cerne seria o desenvolvimento humano. Porém, na medida em que o conceito de desenvolvimento assumiu uma perspectiva hegemônica em sua fusão histórica e ideológica com o desenvolvimentismo, hoje já substituída pelo uso recorrente do "crescimento", o debate assume

nova qualidade. Assim, a perspectiva de substituir o desenvolvimento por um "outro desenvolvimento", de conteúdo alternativo impõe, em nossa perspectiva, alguns limites. É por isso que evitamos qualquer afiliação com a noção, uma vez que a disputa no campo semântico e no campo teórico apresenta-se como uma arena árida, na qual a hegemonia ideológica é clara e não pode ser negada.

Contra-pondo-se a esta noção, há em voga a discussão sobre o pós-desenvolvimento e o direito ao "não desenvolvimento", que se casa com as preocupações do que vem sendo chamado de Bem Viver. Baseadas fundamentalmente nas experiências da América do Sul, especialmente nos modos de vida indígenas, estas duas vertentes de pensamento se colocam como alternativas importantes à própria afirmação de um "outro desenvolvimento".

Quando falamos do Bem Viver, a tradição indígena é muito importante. Ela coloca outras dimensões no entendimento da política, da economia, da natureza, dos bens comuns, das relações, da construção familiar, da construção da vida cotidiana, do nosso encontro com as coisas. Mas isso não só no mundo indígena. O ancestral, o antepassado, é nossa referência colocada em um mundo presente, que é muito mais complexo, diverso. É cruzado pelas experiências de modernidade ocidental nas nossas vidas, mesmo entre os povos indígenas. Já não se fala somente de um mundo indígena puro, isolado desta modernidade. É um debate sobre o mundo contemporâneo.

(...)O que quero destacar é que, no centro do debate dos sentidos do Bem Viver está a necessidade de uma mudança sobre a noção dos bens comuns e sobre o público. Aqui no Brasil eu fico sempre impressionado que, quando se discute o público, é exclusivamente do Estado que se está falando. Quando se fala em poder público, está se falando claramente de poder estatal. Na construção das modernidades, o público foi trasladado ao território de gestão do Estado. As pessoas, o comunitário, cederam o público ao Estado na construção da modernidade. E o Estado aparece como detentor do público e, portanto, responsável pela gestão dos bens comuns (IBÁÑEZ, 2016).

O Bem Viver vem apontando para uma rediscussão profunda no processo político: retomar a gestão coletiva dos bens, por um lado, e desafiar a construção de alternativas em suas vertentes locais e específicas, próprias de cada comunidade. Tratando como bens comuns o conjunto de bens elencados pela comunidade, a defesa de um processo autogestionário é recolocada no centro da política. A coexistência de comunidades de Bem Viver dentro do modo de produção capitalista, mas fazendo o enfrentamento do mesmo, seria uma maneira de apropriação alternativa aos bens sociais. Mas esta interseção impõe também alguns limites e impasses: em que medida estas experiências sobrevivem ao avanço do capitalismo, que vive permanentemente subordinando os territórios e as formas distintas de produzir?

Parece-nos que, na medida em que estas alternativas de vida estão longe de reivindicar qualquer "cidadania regulada" pelo Estado, tendo sempre feito parte do campo da resistência ao avanço do capitalismo e da lógica destrutiva do capital, o enfrentamento se converte numa única possibilidade de sobrevivência e em um modo de existência, sendo a dimensão do conflito parte integrante da afirmação de suas lutas. Neste sentido,

A noção de cidadania que deve nortear a tentativa de mensurar os processos e estoques de bem-estar e qualidade de vida refere-se ao indivíduo autônomo, crítico e reflexivo, longe, portanto, do indivíduo-massa; trata-se de uma aquisição por meio do conflito. Este é, também, um ponto extremamente importante: em geral, do ponto de vista neoliberal, a cidadania é sinônimo de não-conflito, de harmonia, de paz social, na contramão até mesmo da interpretação liberal na tradição de Rousseau, por exemplo. Como consequência, está-se elaborando um discurso sobre o desenvolvimento local como paradigma alternativo à sociedade plagada de conflitos por todos os lados; desenvolvimento local é apresentado como um emplastro (do romance de Machado de Assis, Memórias Póstumas de Brás Cubas) capaz de curar as mazelas de uma sociedade pervertida, colocando-se no lugar bucólicas e harmônicas comunidades. Pensado dessa forma, o desenvolvimento local tende a fechar-se para a complexidade da sociedade moderna e passa a buscar o idêntico, o mesmo, entrando, sem querer, perigosamente, na mesma tendência midiática da sociedade complexa. O

desafio do desenvolvimento local é o de dar conta dessa complexidade, e não voltar as costas para ela (OLIVEIRA, 2001).

Assim, o desafio que se recoloca é o do fortalecimento e da continuidade de ações coletivas cada vez mais intensas e ativas, que não se isolem localmente; pelo contrário, que sejam ponta de lança na discussão sistêmica contra a mercantilização imposta pelo capital. Apontando para outras formas de vida que só podem resistir a partir da superação do atual modo hegemônico de produção, esses movimentos realimentarão a luta numa cultura de resistência.

“O espaço é a acumulação desigual de tempos”, diria Milton Santos. Não só de tempos, como de práticas, formas de vida e de sobrevivência. O espaço é a acumulação desigual de economias: a economia da vida versus a economia do mercado. Resistir é existir.

Essas duas Áreas de Planejamento (A.P4 e A.P5) abrangem os bairros do Anil, Bangu, Barra da Tijuca, Barra de Guaratiba, Camorim, Campo dos Afonsos, Campo Grande, Cidade de Deus, Cosmos, Curicica, Deodoro, Freguesia de Jacarépagua, Gardênia Azul, Gericinó, Grumari, Inhoaíba, Itanhangá, Jacarépaguá, Jardim Sulacap, Joá, Magalhães Bastos, Paciência, Padre Miguel, Pechincha, Pedra de Guaratiba, Praça Seca, Realengo, Recreio dos Bandeirantes, Santa Cruz, Santíssimo, Senador Camará, Senador Vasconcelos, Sepetiba, Tanque, Taquara, Vargem Grande, Vargem, Vila Militar e Vila Valqueire, tal qual podemos observar também no mapa abaixo.

Em termos de extensão territorial, a área de planejamento A.P5 possui uma superfície de 592,33km², que corresponde a quase metade do território da cidade do Rio de Janeiro, cuja extensão é de 1.224,56 km². Somada à A.P4 (293,39 km²) temos como resultado a Zona de maior extensão territorial da cidade, com aproximadamente 885,72 km². No mapa ao lado, a Zona Oeste está destacada em roxo para dar destaque a sua dimensão. Mesmo ao somarmos o Centro à Zona Sul e Zona Norte, a Zona Oeste continuará sendo a maior.

Reconhecidamente a segunda área mais populosa da cidade, as maiores populações da Zona Oeste se encontram nas Áreas Administrativas de Campo Grande e Jacarepaguá (542.084 e 572.030 respectivamente), ao passo que as Áreas de Guaratiba e Barra da Tijuca contam com os menores índices de densidade populacional dessa região (123.114 e 135.924) . Os bairros de Campo Grande (328.370 habitantes), Bangu (244.728 habitantes) e Santa Cruz (217.333 habitantes) são os mais populosos da cidade do Rio de Janeiro.

Em contraste, no que diz respeito à densidade demográfica é possível observar que a Zona Oeste tende, de um modo geral, a apresentar uma maior dispersão populacional no território, uma vez que sua ampla extensão territorial permite a preservação de áreas menos urbanizadas e compostas por mais territórios naturais. Em comparação, a densidade na cidade do Rio de Janeiro era de 51,61 habitantes por hectare no ano de 2010, enquanto na área de planejamento A.P5, que é a mais populosa da cidade, se pode encontrar a menor densidade demográfica (28,77 hab/ha) do município, seguida da A.P4. Por outro lado, a área de planejamento A.P3 (que faz parte da Zona Norte), é a mais densa demograficamente. Da A.P5, a região administrativa que possui menor densidade é a de Guaratiba .

Na tabela abaixo podemos comparar a densidade demográfica da Zona Oeste , estado e cidade do Rio de Janeiro, em habitantes por quilômetros quadrados.

População Residente, área total e densidade demográfica: Estado e cidade do Rio de Janeiro e Áreas, 2010

	População	Densidade demográfica (hab/Km ²)
ERJ	15.989.929	365
Rio de Janeiro	6.320.446	5.161
Centro e Zona Sul	1.303.785	9.794
Zona Norte	2.645.526	10.185
Zona Oeste	2.371.135	2.851

Fonte: IETS, com base em dados extraídos do Armazém de Dados/IPP (2010); para o ERJ, com base nos dados do Censo/IBGE (2010).

Fica clara a baixa concentração populacional na Zona Oeste, quer seja comparando-a com as demais áreas do Rio de Janeiro, quer seja com os índices referentes ao estado. No caso da Barra da Tijuca e de Guaratiba a dispersão populacional pode ter relação com as grandes reservas ambientais como a do Parque da Pedra Branca, além do forte processo de especulação imobiliária que versa sobre a Barra da Tijuca, cuja valorização de terras para especulação é histórica.

É possível destacar, também, outras observações. A Zona Oeste é uma área com características bastante distintas do conjunto da cidade. A diversidade característica da área também é muito expressiva no que diz respeito aos seus próprios bairros, e mesmo dentre as Regiões Administrativas as características dos bairros são muito peculiares. Se do ponto de vista territorial e populacional essa diversidade já se faz notar, do ponto de vista dos indicadores sociais poderemos entender ainda melhor as disparidades da região.

2.2. Indicadores de Desenvolvimento Social da Zona Oeste

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, o IDHM, é um índice municipal de desenvolvimento utilizado internacionalmente. Elaborado a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD –, o índice utiliza-se, no Brasil, de dados extraídos dos

Censos Demográficos do IBGE. Ele é composto por três indicadores: longevidade (saúde), educação e renda.

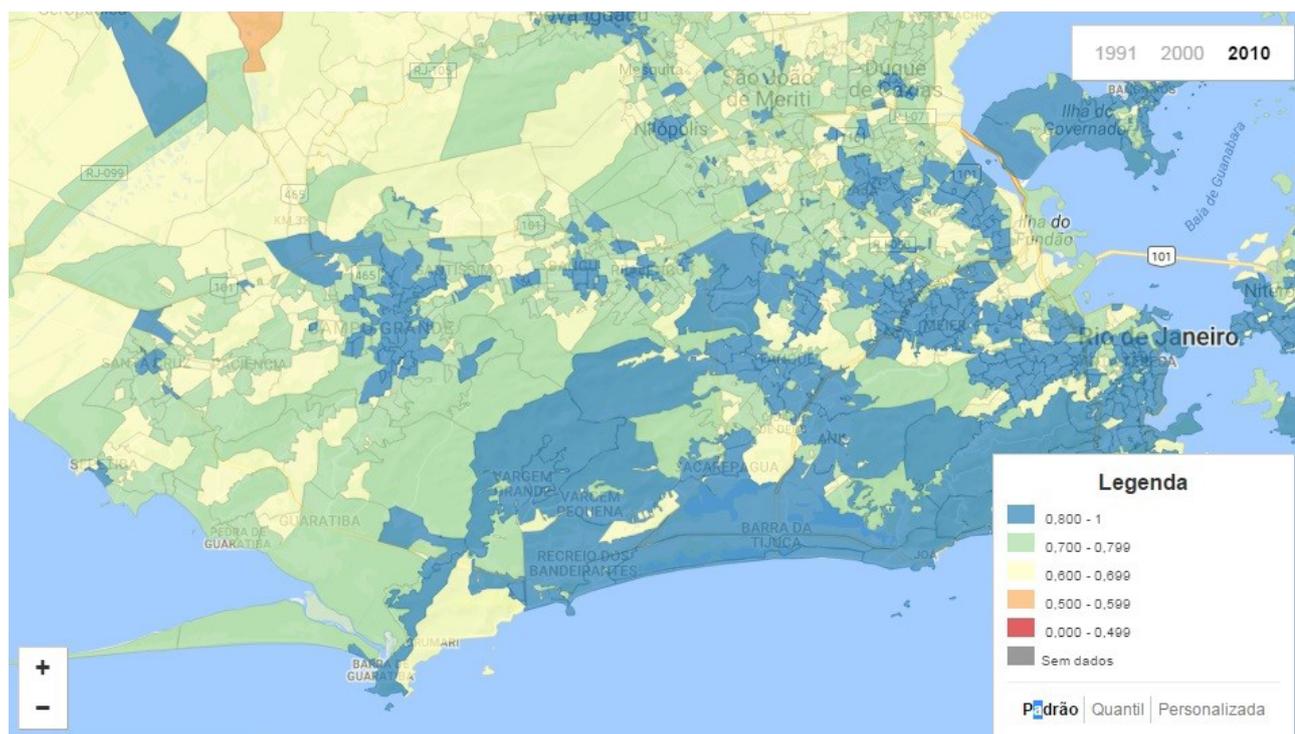
O IDHM varia de 0 à 1. Considera-se que maior é o desenvolvimento humano do município quanto mais próximo for de 1. Há 5 faixas de desenvolvimento: muito baixo (igual ou inferior a 0,499); baixo (entre 0,500 e 0,599); médio (entre 0,600 e 0,699); alto (0,700 a 0,799); e muito alto (igual ou superior a 0,800). Do ponto de vista histórico a cidade do Rio de Janeiro passou, nas últimas três décadas, do índice baixo para médio e alto, conforme podemos conferir no quadro abaixo.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM

IDHM 1991	0,573
IDHM 2000	0,664
IDHM 2010	0,761

Fonte: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Mapa / UDH IDHM



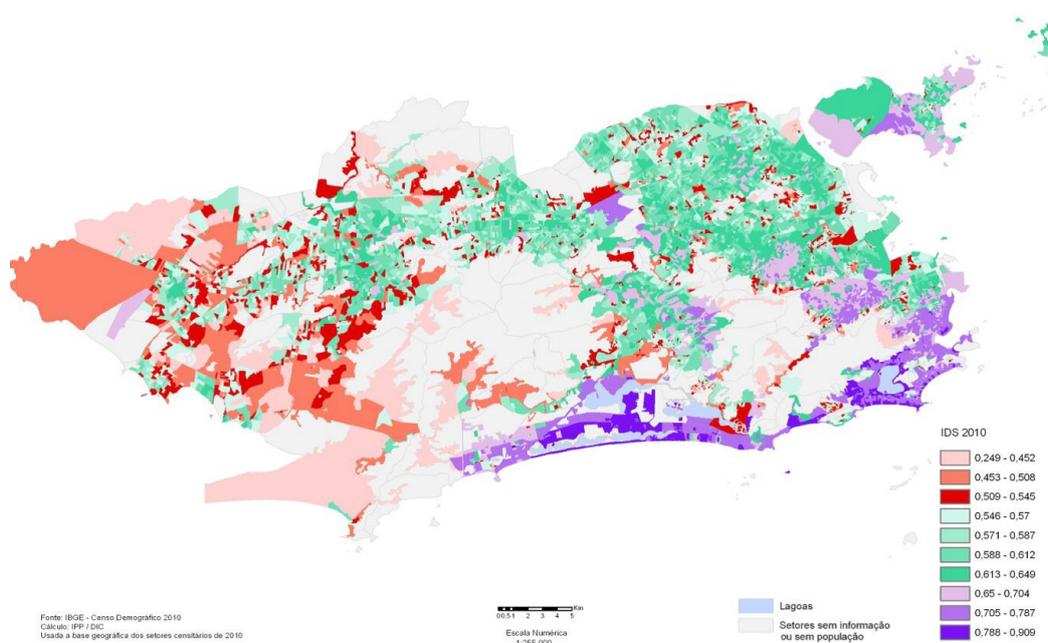
Em 2010, os 10 bairros com IDHM mais elevados em cada área da cidade do Rio de Janeiro situavam-se na faixa de desenvolvimento muito alto. No entanto, são notórias as disparidades no que diz respeito aos distintos bairros e regiões, fato que se faz perceber, sem maiores detalhamentos, no mapa abaixo. Nele nota-se que há uma forte tendência de IDHM muito alto em regiões específicas da Zona Oeste, como Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes, não sendo possível dizer o mesmo para as regiões do extremo oeste da Zona Oeste, cuja tonalidade verde a amarela indicam índices de desenvolvimento “alto” e “médio”.

Baseado no índice do IDHM, a prefeitura do Rio de Janeiro e o Instituto Pereira Passos elaboraram um índice mais detalhado, chamado Índice de Desenvolvimento Social (IDS), no qual algumas dimensões da urbanização se tornam mais esmiuçadas. Foram utilizados 10 indicadores, construídos a partir de variáveis do Censo Demográfico do IBGE, para a composição do Índice. Neles, são quatro os grandes eixos temáticos:

- *Acesso a Saneamento Básico: Percentagem dos domicílios com serviço de abastecimento de água adequada - aqueles que têm canalização interna e estão ligados à rede geral; Percentagem dos domicílios com serviço de esgoto adequado - aqueles que estão ligados à rede geral; Percentagem dos domicílios com serviço adequado de coleta de lixo - aqueles que dispõem de coleta direta ou indireta de lixo;*
- *Dimensão Qualidade Habitacional: Número médio de banheiros por pessoa;*
- *Dimensão Grau de Escolaridade: Percentagem de analfabetismo em maiores de 15 anos; Percentagem dos chefes de domicílio com menos de quatro anos de estudo; Percentagem dos chefes de domicílio com 15 anos ou mais de estudo;*
- *Dimensão Disponibilidade de Renda: Rendimento médio dos chefes de domicílio em salários mínimos; Percentagem dos chefes de domicílio com renda até dois salários mínimos; Percentagem dos chefes de domicílio com rendimento igual ou superior a 10 salários mínimos.*

Apesar das críticas aos índices do IDS no que diz respeito à possibilidade de mensurar alguns aspectos propostos – em especial o indicador escolhido para medir a qualidade habitacional –, podemos usá-lo no sentido de ilustrar algumas das grandes desigualdades entre Zona Oeste e a cidade, e as desigualdades internas à própria Zona Oeste. A partir dos resultados de IDS de 2010, o Instituto Pereira Passos destacou em Mapa, uma escala de cores que evolui dos tons avermelhados (IDS mais baixos) para os tons esverdeados (IDS médios) e, daí para os arroxeados (índices mais elevados). Como resultado obtém-se uma cidade dividida em três grandes zonas socioespaciais.

Índice de Desenvolvimento Social (IDS) por setor censitário em decis - Município do Rio de Janeiro - 2010

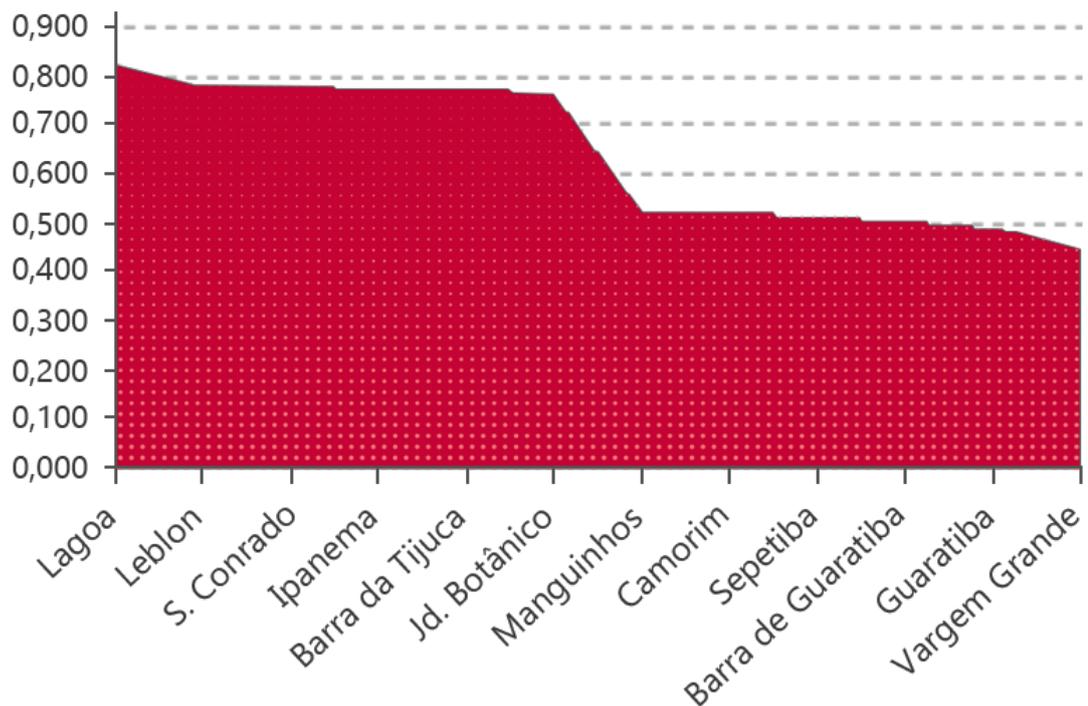


Como é notório, os melhores índices localizam-se na zona sul da cidade, mas estendem-se à Barra da Tijuca, com importantes expansões nas regiões da Tijuca, Vila Isabel e Ilha do Governador. Entre os médios, o verde abunda na Zona Norte da cidade e se destaca em bairros também da Zona Oeste, fundamentalmente Jacarepaguá. Finalmente, o extremo Oeste da Zona Oeste da cidade conforma uma grande mancha em tonalidade vermelha, indicando índices de desenvolvimento mais baixos.

Podemos perceber, no entanto, que há grande disparidade entre os Índices de Desenvolvimento Social da cidade em relação à Zona Oeste, o que permite uma comparação, entre aqueles bairros que

estão mais bem posicionados no ranking do desenvolvimento social e os piores colocados, tal qual faremos nos gráficos abaixo comparando os seis bairros mais bem posicionados em Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e os seis menos bem posicionados do município do Rio de Janeiro.

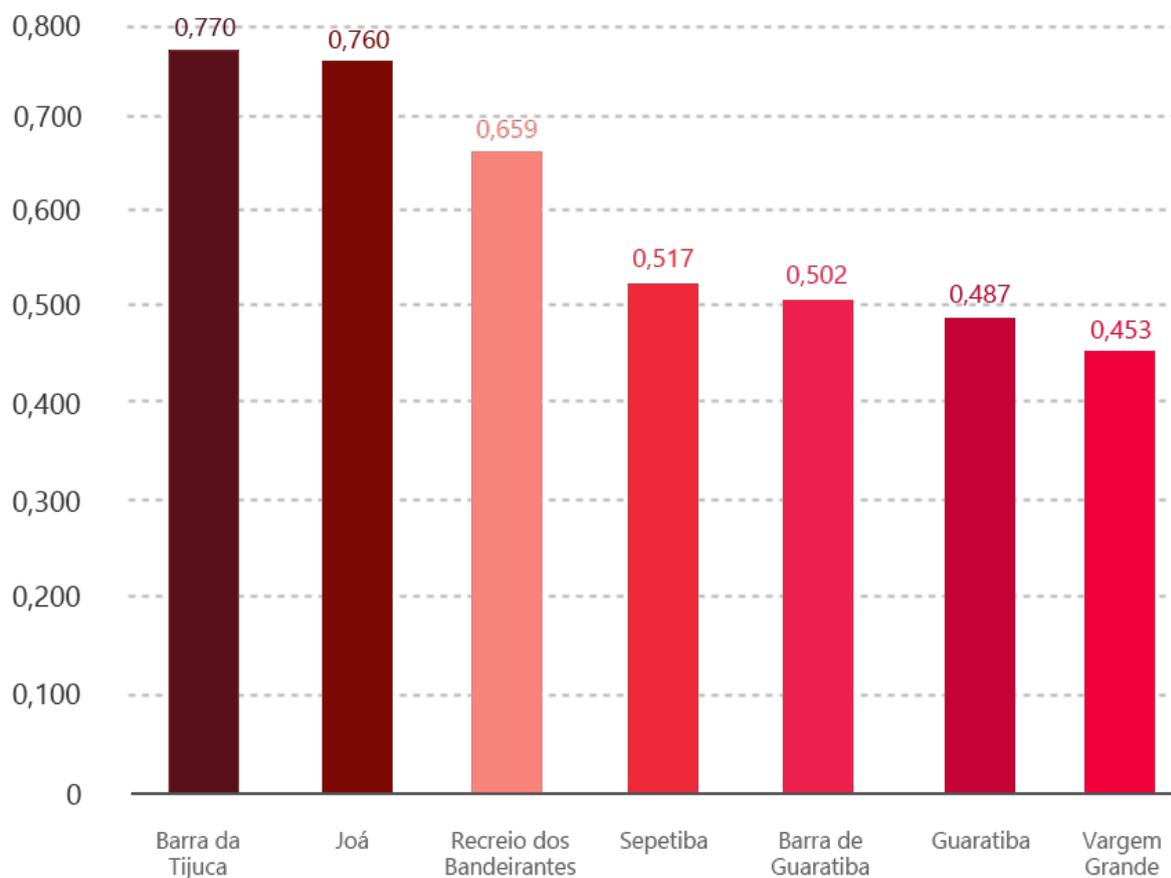
Índice de Desenvolvimento Social



Como é notório, os melhores índices localizam-se na zona sul da cidade, mas estendem-se à Barra da Tijuca, com importantes expansões nas regiões da Tijuca, Vila Isabel e Ilha do Governador. Entre os médios, o verde abunda na Zona Norte da cidade e se destaca em bairros também da Zona Oeste, fundamentalmente Jacarepaguá. Finalmente, o extremo Oeste da Zona Oeste da cidade conforma uma grande mancha em tonalidade vermelha, indicando índices de desenvolvimento mais baixos.

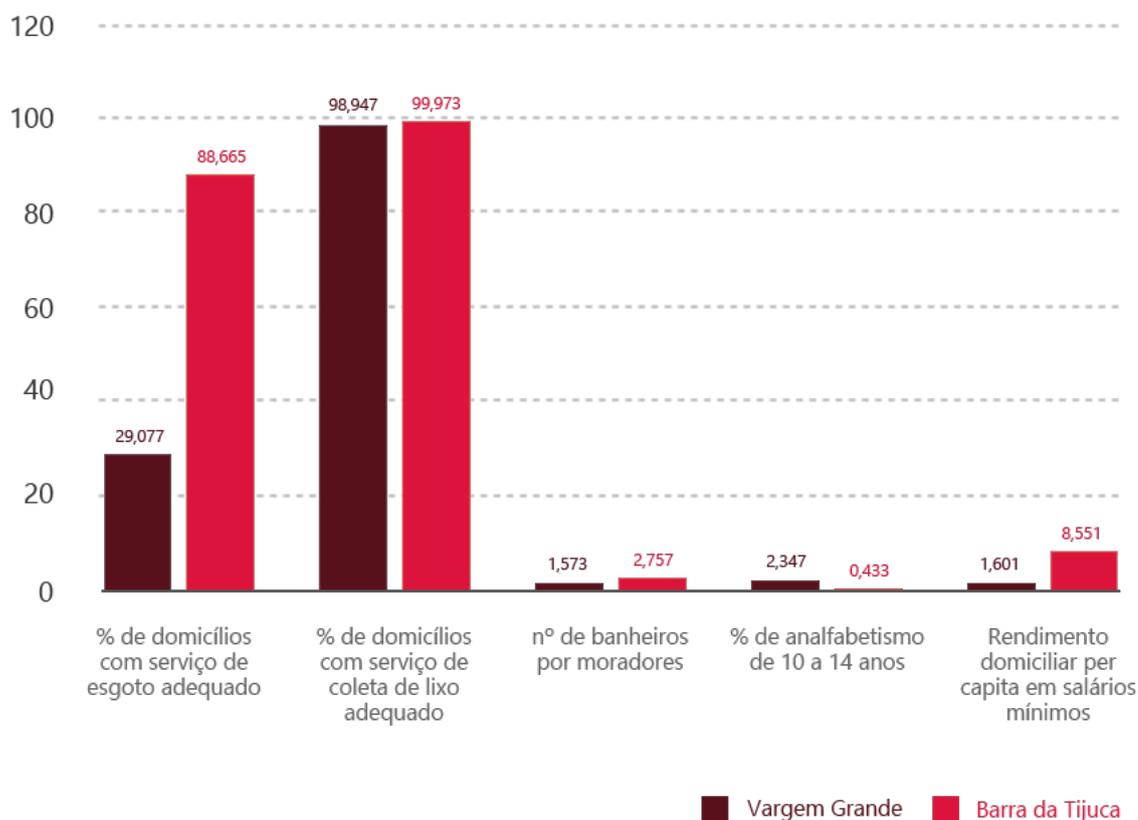
Podemos perceber, no entanto, que há grande disparidade entre os Índices de Desenvolvimento Social da cidade em relação à Zona Oeste, o que permite uma comparação, entre aqueles bairros que estão mais bem posicionados no ranking do desenvolvimento social e os piores colocados, tal qual faremos nos gráficos ao lado comparando os seis bairros mais bem posicionados em Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e os seis menos bem posicionados do município do Rio de Janeiro.

Bairros da Zona Oeste com maior e menor IDS



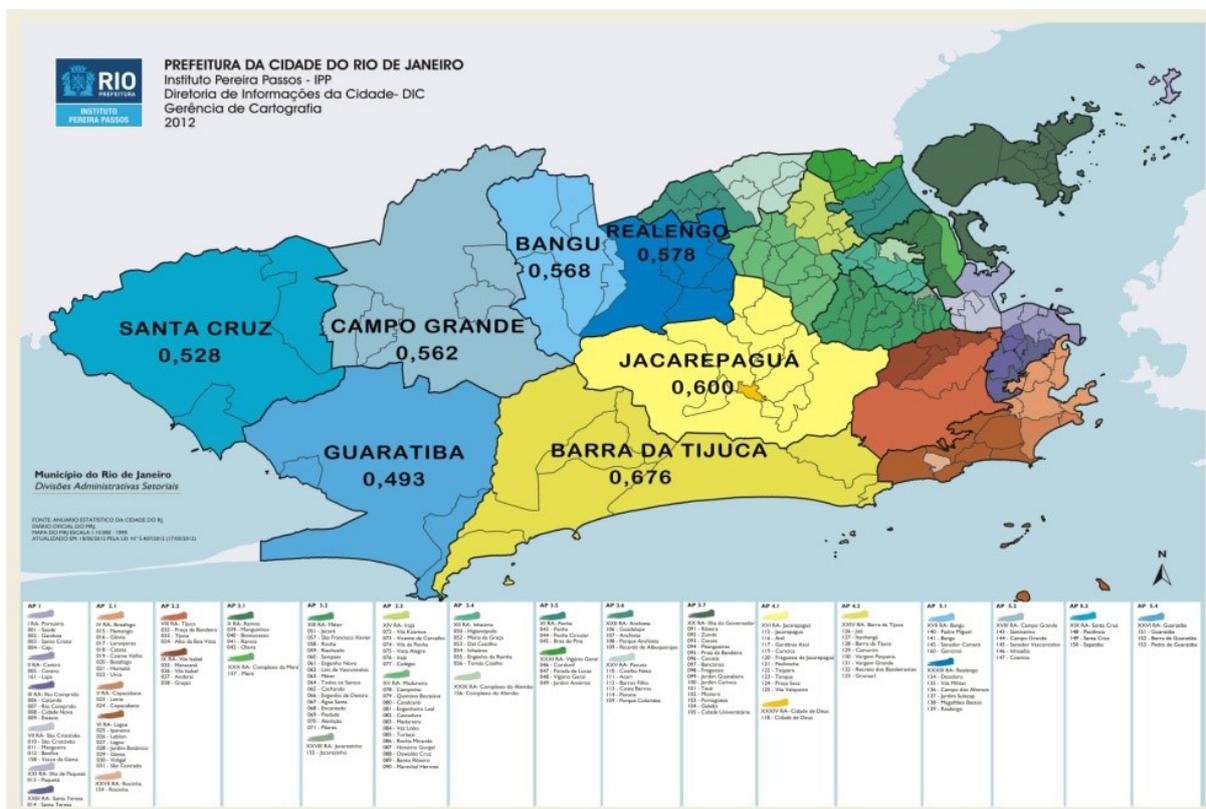
Se observarmos, dentre os bairros da Zona Oeste, o resultado de maior Índice de Desenvolvimento Social e o menor – Barra da Tijuca e Vargem Grande – em relação ao percentual de esgoto adequado, percentual de coleta de lixo, número de banheiros por pessoas, de analfabetismo e de renda domiciliar per capita, teremos a disparidade social expressa claramente através do gráfico acima.

Bairro com maior e o bairro com o menor IDS na Zona Oeste



Se observarmos, dentre os bairros da Zona Oeste, o resultado de maior Índice de Desenvolvimento Social e o menor – Barra da Tijuca e Vargem Grande – em relação ao percentual de esgoto adequado, percentual de coleta de lixo, número de banheiros por pessoas, de analfabetismo e de renda domiciliar per capita, teremos a disparidade social expressa claramente através do gráfico ao lado.

Índice de Desenvolvimento Social por Regiões Administrativas da Zona Oeste

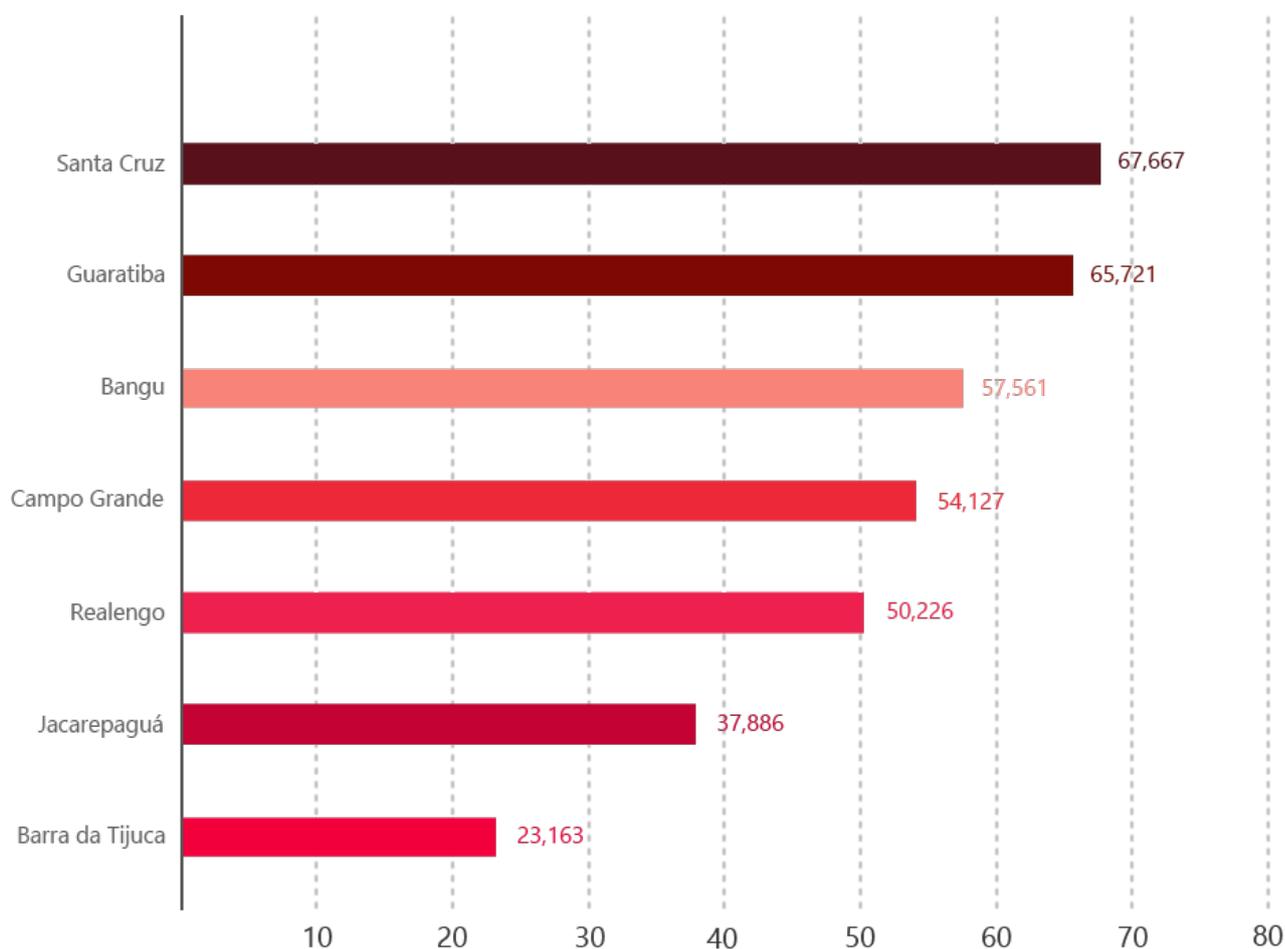


Mapa elaborado pelo PACS com base no Mapa do IPP, ano de 2012.

Como já é possível perceber nos dados do mapa acima, enquanto Barra da Tijuca e Jacarepaguá figuram entre os mais destacados índices de IDS, Realengo, Bangu, Campo Grande formam uma zona intermediária, e sob Santa Cruz e Guaratiba recaem os piores índices. Podemos perceber esses dados mais detalhadamente no quadro e no gráfico abaixo, no qual destacamos o IDS por região e um gráfico comparativo do quesito "rendimento domiciliar per capita".

Regiões Administrativas da Zona Oeste	IDS
Barra da Tijuca	0,676
Jacarepaguá	0,600
Realengo	0,578
Bangu	0,568
Campo Grande	0,562
Santa Cruz	0,528
Guaratiba	0,493

Percentual dos domicílios com rendimento domiciliar per capita até um salário mínimo

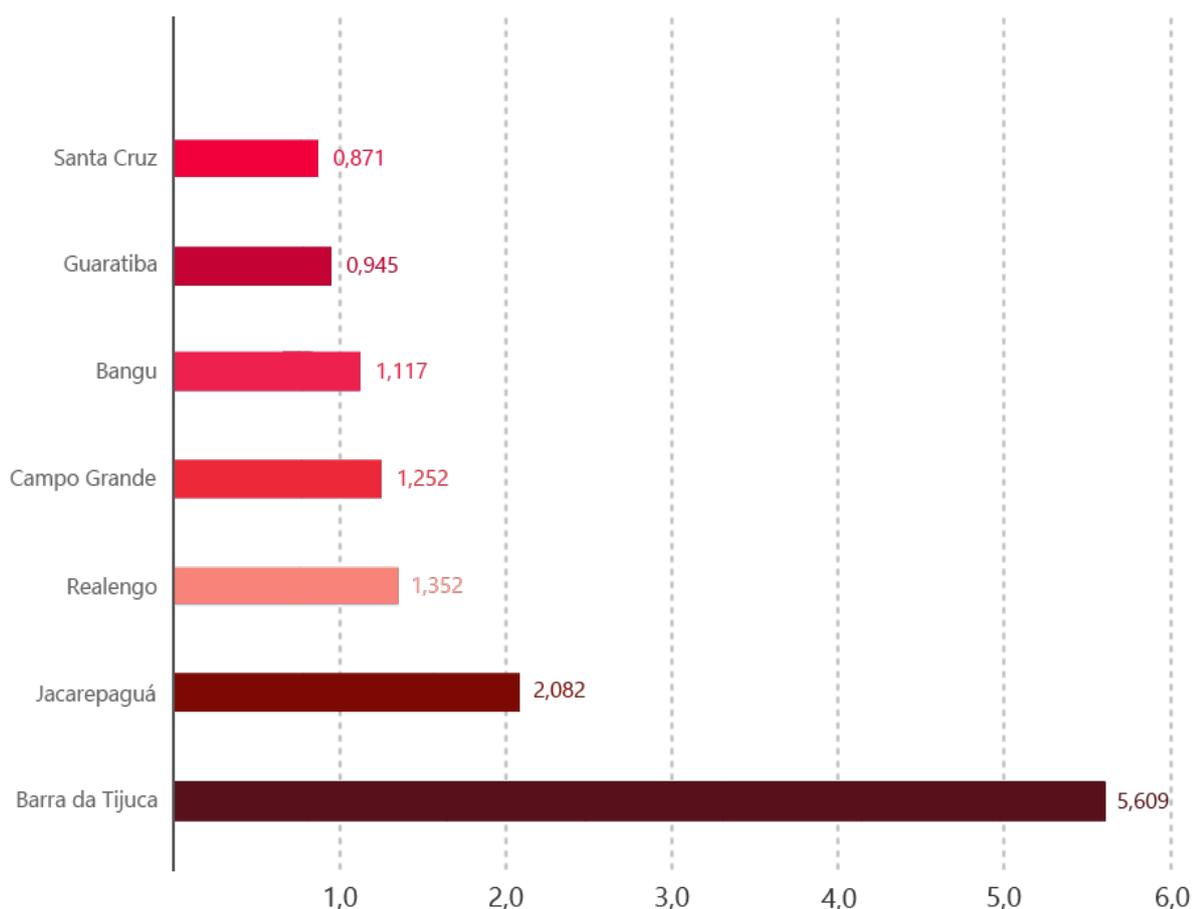


2.3. Indicadores de Renda e Trabalho

Em um primeiro plano de análise sobre a renda domiciliar, as disparidades entre a região da Barra da Tijuca e Jacarepaguá versus as demais regiões da Z.O. ficam ainda mais evidentes. Se o percentual de domicílios com rendimento domiciliar per capita de até um salário mínimo não chega a 40% em nenhuma dessas duas regiões (aproximadamente 26% na Barra da Tijuca e 38% em Jacarepaguá), de Realengo à Santa Cruz temos o índice de mais de 50% dos domicílios com renda de até um salário mínimo. O quadro acima demonstra de forma mais clara esses índices percentuais, que chegam a cerca de 65% em Guaratiba e 67% em Santa Cruz.

No que diz respeito à renda domiciliar per capita em salários mínimos o quadro é também parecido. Ainda assim, vale destacar a diferença entre as duas melhores regiões em termos de renda, sendo os índices da Barra da Tijuca mais do que o dobro da segunda melhor renda, a de Jacarepaguá. Ao passo que na Barra a média de renda familiar per capita chega a 5,6 salários mínimos, em Jacarepaguá esse índice é de aproximadamente dois salários mínimos; menos de 1,5 salários mínimos em Realengo, Campo Grande e Bangu; e menos de um salário mínimo em Guaratiba e Santa Cruz. Os três gráficos abaixo, elaborados pelo PACS, trazem à tona essa discrepância de renda média por regiões da Zona Oeste .

Rendimento domiciliar per capita em salários mínimos



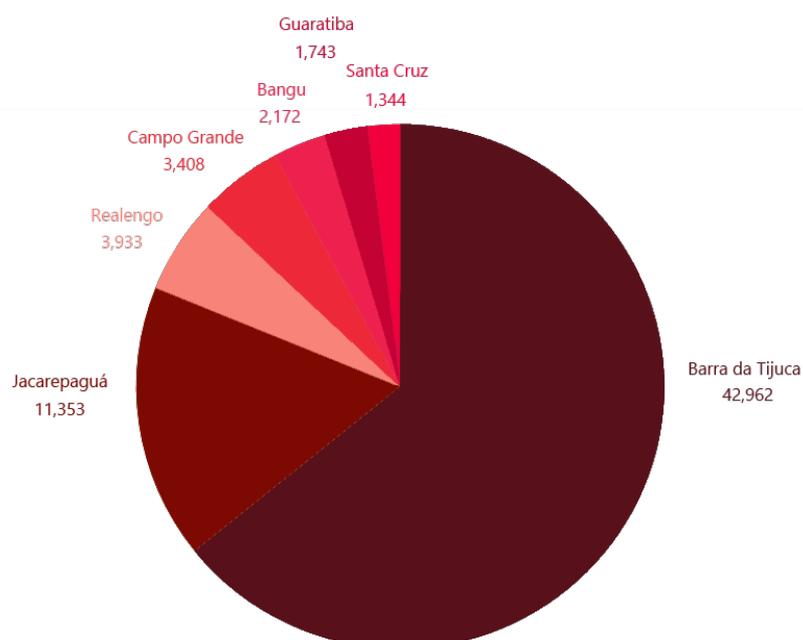
Percentagem de pobres, coeficiente de GINI e renda domiciliar per capita

	% de pobres	Coeficiente de GINI	Renda domiciliar per capita (em R\$ por mês de julho de 2010)
Centro e Zona Sul	12,2	0,626	2.865,27
Zona Norte	22,7	0,538	903,36
Zona Oeste	23,8	0,637	1.186,17

Fonte: IETS, com base em estimativas produzidas a partir de microdados e dados do Censo/IBGE (2010).

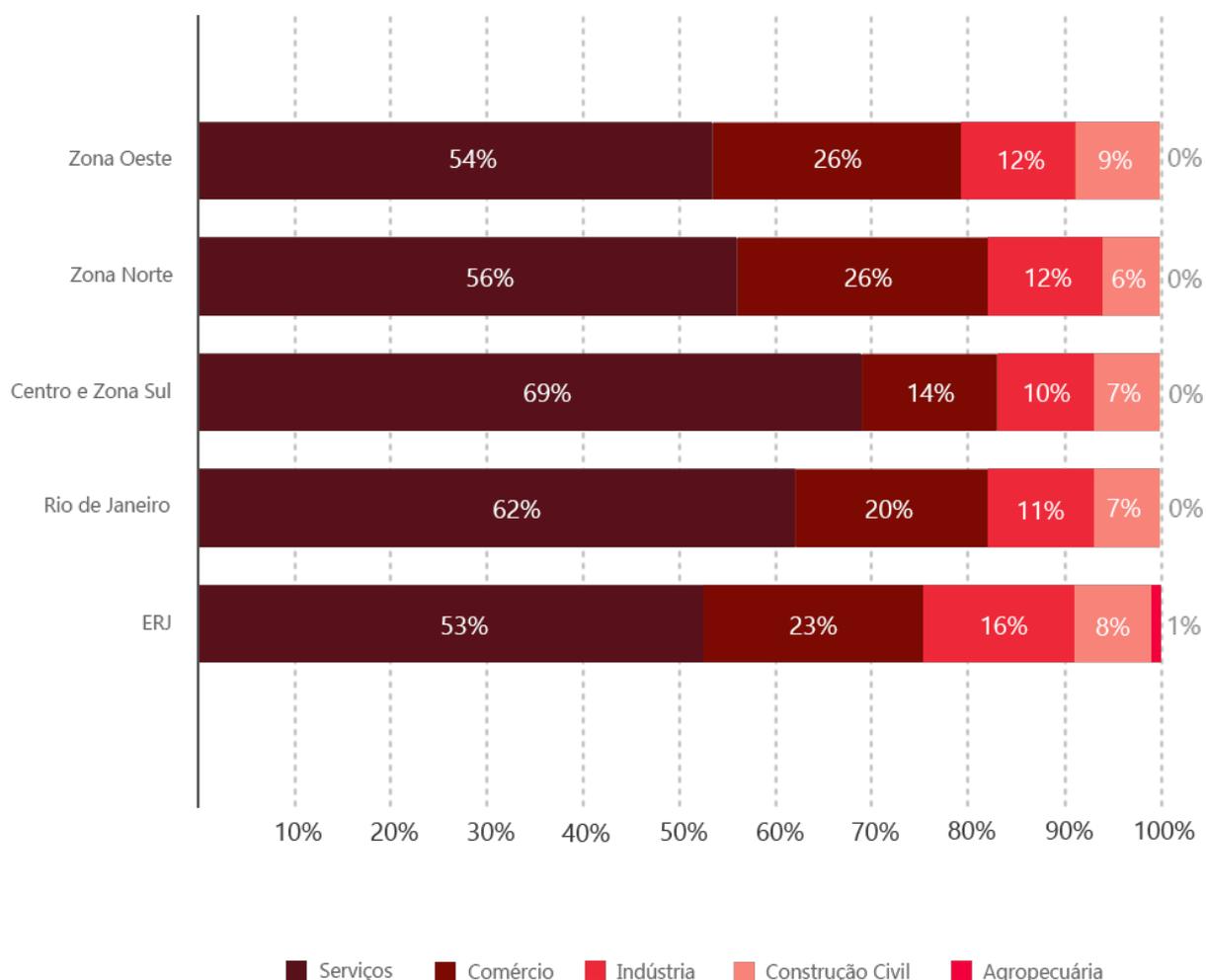
Ao averiguar o percentual de domicílios no interior de cada região que tem rendimento domiciliar per capita maior do que cinco salários mínimos notamos que na Barra da Tijuca esse índice chega a 42%, em Jacarepaguá a 11%, ao passo que em Realengo e Campo Grande, entre 3 e 4% de domicílios atingem essa média de renda. Já em Santa Cruz, Guaratiba e Bangu apenas 1,3%, 1,7% e 2,1% de domicílios chegam a ter renda per capita superior a cinco salários mínimos.

Percentagem de pobres, coeficiente de GINI e renda domiciliar per capita



No que diz respeito ao índice de pobreza e concentração de renda, a Zona Oeste volta a ser região de destaque frente às demais regiões do município do Rio de Janeiro. Se o percentual de pobreza é menor no Centro e Zona Sul (12,2%), a renda domiciliar per capita dessa região é duas vezes maior que a da cidade como um todo. Por outro lado, a Zona Norte apesar de apresentar mais baixa renda entre as regiões, também apresenta menor coeficiente de Gini, ou seja, menor disparidade entre as rendas mesmo em um quadro de renda baixa. Na Zona Oeste, a participação dos pobres é a maior da capital, assim como o coeficiente de Gini é também o maior. O alto índice de desigualdade de renda na Zona Oeste já se fez notar a partir dos dados do IDS e das comparações entre as regiões da Barra da Tijuca e Jacarepaguá versus as demais regiões. É possível também que haja alto grau de concentração no interior de cada região, fato que não podemos aprofundar agora, mas que deve ser objeto de análise num aprofundamento do presente estudo.

Distribuição do emprego formal por setores: estado e cidade do Rio de Janeiro e áreas, 2012



Do ponto de vista da distribuição dos empregos por setor da economia, a participação do setor de comércio e de serviços chega a 82% dos empregos no município do Rio de Janeiro. Na Zona Oeste, a importância desses dois setores é também expressiva: 80% dos empregos advêm dos mesmos.

A participação do emprego público na Zona Oeste é praticamente irrisória. O número de empregos públicos que chega a 31% no Centro e Zona Sul da cidade, não significam mais do que 4% na Zona Norte e 1% na Zona Oeste. É possível que tal participação se refira aos empregos administrativos do município e, talvez, às atividades militares. Esse dado precisará ser aprofundando em um momento posterior. O quadro ao lado mostra o número de empregos públicos no estado, município e em regiões do Rio de Janeiro e aponta essa ausência de empregos de caráter estatal na região.

Número de Funcionários Públicos e de empregos formais: estado e cidade do Rio de Janeiro e áreas, 2012

	Nº de funcionários públicos	Total de empregos formais	%
Rio de Janeiro	478.850	2.572.044	19
Centro e Zona Sul	437.251	1.398.928	31
Zona Norte	20.237	575.941	4
Zona Oeste	2.443	484.671	1

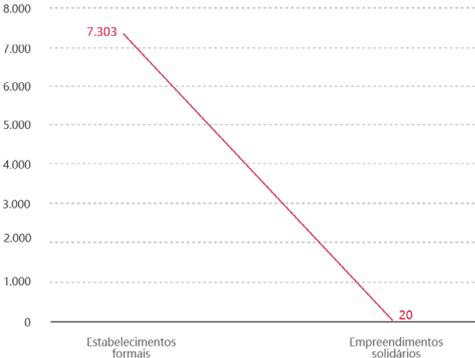
Fonte: IETS, com base nos microdados da RAIS/MTE (2012).

Em relação ao tipo de empreendimento, relacionamos, a partir dos dados do Ministério do Trabalho e Emprego/DIESSE, gráficos dos dados de empreendimentos formais versus empreendimentos de Economia Solidária formalmente cadastrados nas regiões da Zona Oeste. Esses dados são importantes para termos um parâmetro sobre o volume dos empreendimentos solidários na Zona Oeste .

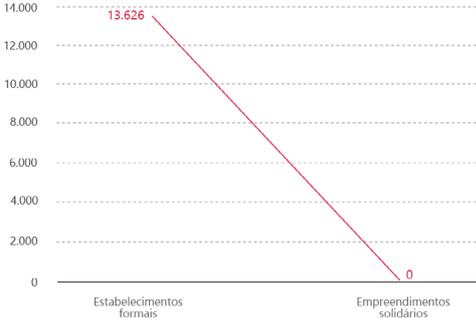
No que diz respeito aos empreendimentos em Economia Solidária comparados aos estabelecimentos formais, temos, em todos os gráficos, a mesma curva que demarca uma acentuada diferença de presença relativa entre esses dois tipos de empreendimentos. É

possível notar que mesmo nas áreas onde há mais empreendimentos de economia solidária cadastrados, como em Santa Cruz (39), Campo Grande (25) e Jacarepaguá (20), esse número é insignificante frente ao total de estabelecimentos formais.

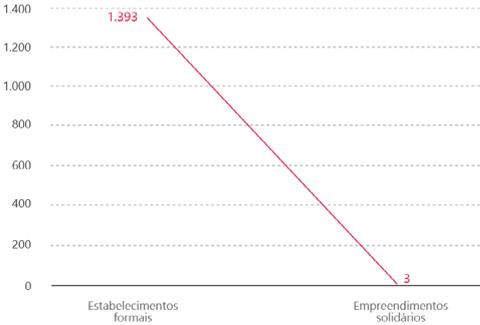
Jacarepaguá



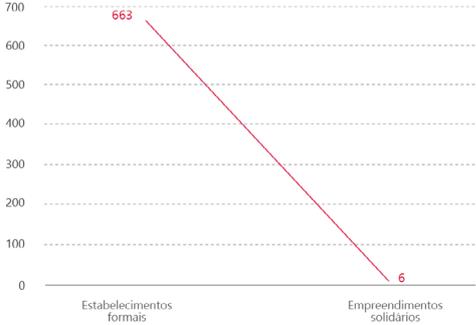
Barra da Tijuca



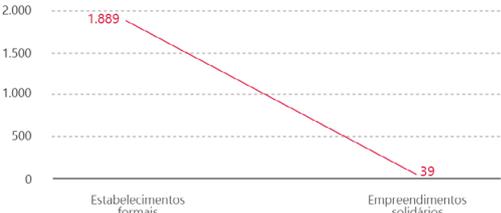
Realengo



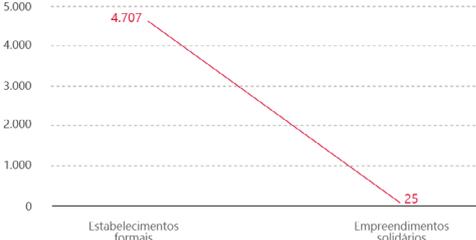
Guaratiba



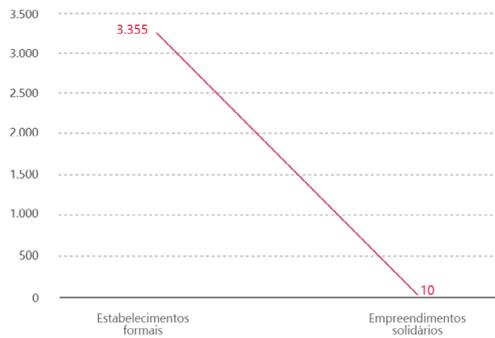
Santa Cruz



Campo Grande



Bangu

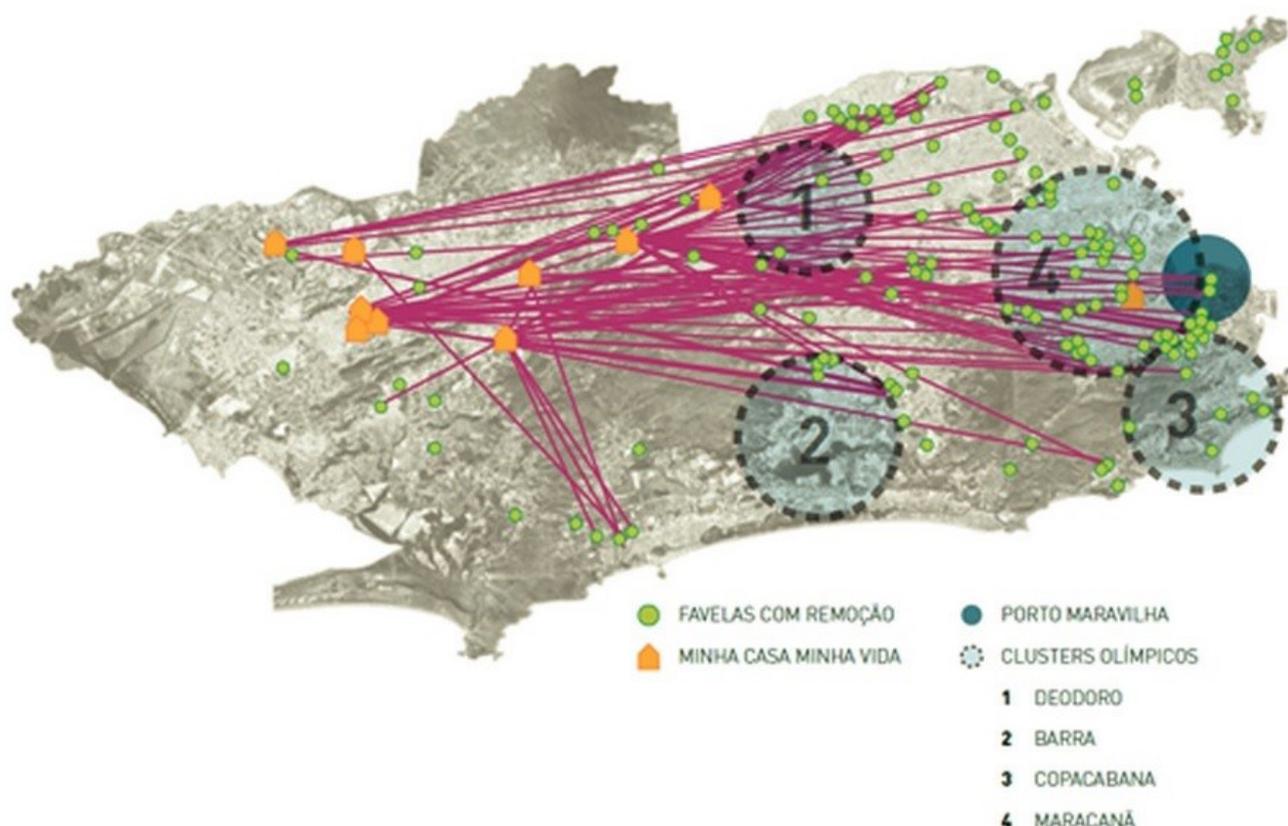


Mesmo em Santa Cruz, que é a região de maior número de empreendimentos solidários cadastrados, a economia solidária significa 2% em relação aos estabelecimentos formais. É preciso atualizar e aprofundar esses dados, mas faz-se importante também encarar, no debate sobre o plano popular, a discussão da economia solidária como uma das formas de organização das relações de trabalho na região.

2.4. Outros Indicadores



O mapa ao acima, feito pela Secretaria Municipal de Cultura demonstra a concentração sócio-espacial de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro. São gritantes os resultados encontrados: embora quase metade da população viva na Zona Oeste, 77% desses equipamentos concentram-se no Centro e Zona Sul. As áreas de Planejamento 4 e 5, mesmo contando com alto contingente populacional e territorial, têm menos bibliotecas, teatros, arenas, lonas, cinemas, centros culturais, museus, Pontos de Cultura e pontos de leitura do que qualquer outra Área de Planejamento da cidade do Rio de Janeiro.



Outro tema interessante no que diz respeito à Zona Oeste foram as remoções promovidas na cidade do Rio de Janeiro no período referente à preparação dos Jogos Olímpicos e da Copa. O Observatório das Metrôpoles do Rio de Janeiro elencou os dados das unidades contratadas pelo "Minha Casa Minha Vida" até dezembro de 2012, entre os quais 31.446 se referiam à AP5, 7.478 à AP4, enquanto 14.654 eram locados na AP3 (Zona Norte) e apenas 1.958 se encontravam no Centro e região (AP1). O Mapa acima, feito pelo pesquisador Lucas Faulhaber, demonstra bem detalhadamente a concentração das remoções realizadas com destino à Zona Oeste do Rio de Janeiro.

3. Breves apontamentos futuros

Ao relacionarmos as três discussões teóricas importantes – a questão do desenvolvimento, o avanço da urbanização e as resistências – levantamos um diagnóstico básico das questões teórico-políticas que moveram esse primeiro ano de pesquisa. Por outro lado, buscamos iniciar uma atualização do diagnóstico territorial e econômico sobre a Zona Oeste do Rio de Janeiro, para municiar a pesquisa em termos quantitativos no que diz respeito à região abordada.

Pressupondo a continuidade, ao longo do ano 2017/2018, do trabalho iniciado, será necessário arraigar a partir da dimensão prática, os novos aprofundamentos analíticos. Com objetivo de elaborar um mapeamento/monitoramento da distribuição socioespacial da produção na Zona Oeste que subsidie o debate de alternativas, incidindo politicamente e refletindo teoricamente, para uma próxima fase dessa pesquisa deve focar-se no levantamento de dados concretos (na pesquisa de campo) sobre os produtores em agroecologia: quem são, quantos são, como produzem, qual a média de renda, quais as características de suas propriedades, dentre outros.

Oferecendo esse diagnóstico, poderemos não só construir um plano popular, como trabalhar com a informação e incidência para visibilizar a disputa política intrínseca ao tema. Poderemos, ao mesmo tempo, trabalhar para fortalecer uma articulação nacional das alternativas, tendo como foco principal a questão da alternativa à indústria dos alimentos.

Fundamentalmente no que diz respeito à Zona Oeste, será possível colocar em evidência o conjunto de disparidades presentes na área, fato que será relevante na própria articulação do plano popular por alternativas. Esse esforço deve estar articulado tanto com a reflexão político-institucional que vem sendo realizada pelo PACS, assim como com o conjunto dos movimentos e articulações sociais que resistem na Zona Oeste do Rio de Janeiro, permitindo, enfim, que avancemos rumo à reflexão coletiva sobre as resistências comunitárias e territoriais.

Notas

¹ Mais sobre o tema, consultar as seguintes publicações do PACS: PACS. Até quando a TKCSA terá licença para produzir “chuva de prata” em Santa Cruz? 26 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.pacs.org.br/2013/02/26/ate-quando-a-tkcsa-tera-licenca-para-produzir-chuva-de-prata-em-santa-cruz//>; MESENTIER, A. LIMA, R. TKCSA: um paraíso fiscal em Santa Cruz. Rio de Janeiro: PACS, 2013; PACS. Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA): impactos e irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro. PACS: Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.pacs.org.br/files/2013/01/TKCSA.pdf>

² Entre os dias 9 e 11 de novembro o Instituto Pacs comemorou, com a realização de um seminário rico em debates, os seus 30 anos de existência. Os debates colocaram em questão o modelo de desenvolvimento hegemônico e, em contraposição, a luta pela construção de alternativas.

³ Convergindo diversos determinantes, um movimento de expansão econômica significativo fez a economia brasileira chegar, em 2011, ao posto de 6ª economia mundial. O grau de concentração, monopólio e transnacionalização dos capitais brasileiros fez com que o país passasse a figurar entre os “países em desenvolvimento” ou “emergentes”, fundar e participar do grupo dos Brics, um grupamento que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que “surgiu como esperança de uma alternativa contra-hegemônica do Sul global frente às potências mundiais”. Para saber mais sobre os Brics, ver: PACS, “Brics na África: Mais do Mesmo?”.

⁴ conservadora do parlamento da história democrática do Brasil e a crise econômica internacional foram elementos fundamentais para criar um consenso pró-impeachment. O Pacs contribuiu para a compreensão do fenômeno lançando a cartilha “Saiba porque o afastamento da presidenta Dilma é uma ameaça à liberdade no Brasil”, ainda em julho de 2016. Disponível em: http://www.pacs.org.br/files/2016/06/Cartilha-Impeachment-PACS_WEB.pdf

⁵ São diversos os trabalhos que se dedicaram a analisar o projeto de desenvolvimento contraditório de Lula e Dilma. Entre eles, sugerimos, em especial, os de André Singer: SINGER, André, Raízes sociais e ideológicas do lulismo, *Novos Estudos*, nº 85, 2009; SINGER, André. Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas - O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff 2011-2014” *Novos Estudos CEBRAP*, julho de 2015.

⁶ Tomamos como ideologia do desenvolvimento o projeto do desenvolvimentismo, uma estratégia de desenvolvimento econômico que implicou na coalizão de interes-

ses de classes em torno de um “pacto” estatal pelo desenvolvimento nacional.

⁷ A etapa pode ser vista, grosso modo, como uma base material pressuposta como elementar para o conjunto da vida econômica e social.

⁸ Parte IV do Discurso de Harry Truman em 1949. Tradução nossa. Seu discurso desemboca, na prática, na assinatura do Act for International Development (AID, Programa para o Desenvolvimento Internacional), um programa de cooperação técnica internacional entre os Estados Unidos e os países latino-americanos, proposto em 1950. O “Ponto IV” (em alusão ao item 4 do discurso de Truman) foi estabelecido no Brasil através da assinatura de dois acordos com o governo estadunidense: o Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 19 de dezembro de 1950, e o Acordo de Serviços Técnicos Especiais, de 30 de maio de 1953. Ver mais sobre o acordo “Ponto IV” em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ponto-iv>

⁹ A Cepal foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas (ONU) e exerceu papel de destaque no pensamento desenvolvimentista latino-americano. Teve forte influência na criação do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961).

¹⁰ O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi criado em 1955 e era ligado ao Ministério da Educação e da Cultura (MEC). Centralmente, contribuiu com a teoria desenvolvimentista e do Brasil e também colaborou com o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). Os militares que depuseram o presidente João Goulart em 31 de março de 1964 decretaram a extinção do ISEB poucos dias depois, em 13 de abril de 1964.

¹¹ Caio Navarro de Toledo (1977) vai atribuir ao pensamento isebiano um caráter ideológico, posto que responsável por uma “ideologia nacionalista”. Para este debate, ver mais em: TOLEDO, Caio Navarro de. ISEB, Fábrica de Ideologias.

¹⁴ “Fundado em 1969, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) teve como objetivo não somente abrigar os professores universitários uspianos aposentados compulsoriamente após a decretação do Ato Institucional 5 (AI-5), mas também reunir um grupo de intelectuais cuja preocupação analítica voltava-se para uma nova interpretação a respeito da realidade brasileira, principalmente após o golpe militar de 1964” (BAPTISTA, 2010, pág. 225).

¹² “(...) a acumulação, expansão e auto-realização do capital local requerem e dependem de uma dinâmica complementar externa a si próprias: elas devem se inserir no circuito do capitalismo internacional”. Em: CARDOSO, Fernando Henrique e Enzo Faletto, Dependencia y desarrollo en América Latina, 18ª edição, eSiglo XXI, México D.F., 1983.

¹³ Formulada no exílio por militantes e intelectuais, a Teoria Marxista da Dependência teve como principais expoentes teóricos Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. A produção de André Gunder Frank, em especial “O desenvolvimento do subdesenvolvimento”, de 1966, é considerado um texto fundador da interpretação da controvérsia da dependência pela esquerda. Outros importantes teóricos também conceituaram, sob a égide da dependência, o lugar do Brasil na economia-mundo. Florestan Fernandes, por exemplo, exímio sociólogo brasileiro, foi um deles. A perspectiva marxista, no entanto, faz com que Florestan seja propusesse a alternativa socialista ao desenvolvimento do capitalismo.

¹⁵ Criador da expressão “Consenso de Washington”, John Williamson foi um economista britânico, consultor econômico do tesouro britânico e consultor do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do IIE (o Peterson Institute for International Economics, um think tank especializado em políticas econômicas internacionais).

¹⁶ Singer caracteriza o programa posto em prática no período dos governos Petistas como um programa de fração de classe: a do subproletariado, que deveria ser construído “desde cima”. Para caracterizar o subproletariado, remete-se ao conceito de Paul Singer da década de 1980. Segundo o autor, seria razoável considerar “subproletários os que tinham renda de até um salário mínimo per capita e metade dos que tinham renda de até dois salários mínimos per capita” (SINGER, 2012, pag.77).

¹⁷ “Concebida no início dos anos 2000, a carteira de projetos da IIRSA encontra-se hoje sob o Conselho Sul- Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). É importante ressaltar que desde sua origem, a proposta significa não apenas a integração da infraestrutura física em si (portuária, viária, aeroviária, fluvial, energética, etc), mas a concepção de um sistema logístico integral para a circulação do capital, que inclui os sistemas e regulamentos aduaneiros, telecomunicações, tecnologia da informação e automação (softwares), e mercados de serviços de logística (fretes, cabotagem, seguros, armazenamento, processamento de documentação, etc), entre outros” (PACS, 2015, pág.21).

¹⁸ Sobre a atividade das empresas brasileiras e dos Brics na África, ver mais nos relatórios do Pacs; A história contada pela caça ou pelo caçador? Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique. Disponível em: <http://www.pacs.org.br/files/2013/03/Relatorio-Africa.pdf>; Brics na África: Mais do Mesmo? Disponível em: http://www.pacs.org.br/files/2016/11/Publicacao-Africa-BRICS-PT_BR.pdf

¹⁹ Baseada na concentração da pauta de exportações brasileira em commodities agrícolas e minerais sustentou-se a tese de reprimarização da economia brasileira. Apesar da exportação de produtos primários ser um traço característico, nos aproximamos mais da leitura de Virgínia Fontes (2010) que aponta o caráter imperialista do capitalismo brasileiro – ainda que inserido de forma subalterna e dependente no sistema capitalista mundial.

²⁰ Quanto ao conceito de desenvolvimento desigual e combinado, tomamos emprestada a definição de Löwy, segundo o qual os diferentes estágios de desenvolvimento da civilização e da economia “não estão simplesmente um ao lado do outro, numa espécie de coexistência congelada, mas se articulam, se combinam, se amalgamam” (LOWY, 1995, p.75).

²¹ A título de exemplo, mas é preciso resguardar as diferenças entre as iniciativas: a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) foi lançada com a edição do decreto 7.794, de 20 de agosto de 2012. Já o Microempreendedor Individual (MEI) foi implementado através da Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, criando condições para os trabalhadores considerados informais se tornarem micro empreendedores legalizados. Há diversas controvérsias em torno desta segunda iniciativa, mas não é foco deste trabalho se debruçar sobre elas.

²² Entre todas as políticas do governo Lula, a que mais impactou a vida dos trabalhadores foi a do aumento real do salário mínimo. Entre 2002 e 2016 o salário mínimo registrou um ganho real de 77%, segundo os estudos do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). A política de valorização do salário mínimo foi tema de diversas notas técnicas anuais deste mesmo departamento em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego.

²³ “Chamamos de Racismo Ambiental às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto “racial”, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem” (PACHECO, 2007).

²⁴ “Um dos principais pressupostos para o processo de desenvolvimento do capitalismo é a expropriação constante. A expropriação é parte do processo de transformação do capital em capital e, portanto, da construção da “relação- capital”. Ela pressupõe a separação entre trabalhadores e a propriedade das condições da realização de seu trabalho, já que a disponibilização da força de trabalho como mercadoria não está dada caso persistam outras possibilidades de morar, se alimentar e produzir – ou seja, de produzir e reproduzir a vida. O processo de expropriação é, neste sentido, aquele que transforma os meios sociais de subsistência e de produção em capital e que transforma, por outro lado, os produtores diretos em trabalhadores “livres” ao assalariamento e ao consumo do mercado. O processo de construção da relação-capital é desigual em seus aspectos históricos e em sua relação com cada espaço em particular, incluindo desde a alteração incessante das formas específicas do exercício do trabalho, até o confisco da terra, dos territórios, e dos bens comuns. Esse processo do ponto de vista histórico tem sido chamado de “acumulação primitiva”, mas preferimos destacar, para trazer à luz seu caráter permanente, o que aqui chamamos de “expropriação constante”.

²⁵ A relação de produção escravista colonial é a forma sócio-histórica particular de entificação do capitalismo no Brasil. Inserido no contexto de expansão do capitalis-

mo dos países europeus, o escravismo foi a forma de produção de mercadorias submetida à exportação para a colônia. Há intenso debate sobre o caráter da produção durante o período colonial no Brasil, sendo o “escravismo colonial” fruto da síntese de Jacob Gorender, à qual nos afiliamos em termos explicativos.

²⁶ A parte que se segue está baseada no Diagnóstico do Pacs de 2008, feito pelo pesquisador Leonardo Soares dos Santos.

²⁷ Tribuna Popular, 11 de julho de 1946, p.6.

²⁸ “Sertão carioca” é como era chamada a Zona Oeste até os anos 1950.

²⁹ Tribuna Popular, 11 de julho de 1946, p.6.

³⁰ Imprensa Popular, 24 de dezembro de 1955, p.6

³¹ Tribuna Popular, 1 de abril de 1947, p. 6

³² Imprensa Popular, 1 de agosto de 1951, p. 4. Informações do vereador do PCB, Henrique Miranda.

³³ O Radical, 24 de agosto de 1950, p. 4.

³⁴ “Na região do entorno da Baía de Sepetiba, em Itaguaí, o processo de industrialização se iniciou em 1964 com a instalação da Ingá Mercantil, que ainda hoje é considerada responsável por um dos piores acidentes ambientais ocorridos na Baía de Sepetiba. Na década de 1970 foi instalada a Nuclep, empresa estatal destinada à produção de reatores nucleares e peças metalúrgicas de alta precisão. Ainda nesse período se instalaram também ali a Fundação Técnica Sul Americana (produtora de bens de capital para a indústria naval), a Usina Itaguaí (produtora de metais não ferrosos), a Companhia Siderúrgica Nacional (1974) e a Companhia Docas do Rio de Janeiro, que ficou encarregada de implantar o Porto de Sepetiba. A industrialização de Santa Cruz se deu com a criação do distrito industrial e com a instalação da Cosigua (Grupo Gerdau), da White Martins e da Casa da Moeda do Brasil. A Gerdau Cosigua só iniciou a sua produção em 1973 e a Casa da Moeda foi inaugurada em 1984. Estas indústrias foram gestadas e implementadas durante o regime militar. Ainda na Baía de Sepetiba, em Itaguaí, a instalação do Porto de Sepetiba (atual Porto de Itaguaí) foi um fator determinante para o desenvolvimento do complexo industrial na Baía de Sepetiba. Crescentemente, a região passou a ser reconhecida pelo seu potencial logístico, que passou a operar como mais um fator de atração de investimentos na região. Na trajetória de desenvolvimento das políticas industriais para o estado da Guanabara (e, mais tarde, para o Rio de Janeiro), as vantagens locacionais da Baía de Sepetiba conformaram uma área mais ampla de planejamento que ficou conhecida como Polo Industrial de Sepetiba, que extrapola os limites do Rio de Janeiro e inclui Itaguaí (Damas, 2008)” (PACS, 2015, pág.43).

³⁵ A questão ganhou força a partir do governo de Leonel Brizola, quando foi criado o ITERJ (1990).

³⁶ A militarização da Zona Oeste é fundamentalmente caracterizada pela presença de

grupos paramilitares, também conhecidos como milícias. O termo “milícias” começou a ser utilizado frequentemente por órgãos de imprensa quando as mesmas tiveram vertiginoso aumento na primeira década dos anos 2000, embora já apresentassem, em menor proporção, localizações na Zona Oeste – em especial em Rio das Pedras –, desde a década de 1980. Além de um controle mercantil da segurança, as milícias também exercem controle econômico através da coação dos moradores ao pagamento de taxas em serviços, como o de TV a cabo, transporte irregular, gás e jogos eletrônicos (caça níqueis). Esses grupos são formados, em grande parte, por policiais militares e civis ou ex-policiais, bombeiros, seguranças e agentes penitenciários. A relação entre milícias e o aparato público tornou-se evidente na medida em que há fortes evidências de que esses grupos utilizam, muitas vezes, o equipamento de segurança do Estado (viaturas e armamento, entre outros) e contam com a colaboração das forças policiais para dominar comunidades ou, até mesmo, com a omissão dos aparatos policiais em seu combate. Para saber mais sobre as atividades das milícias, consultar “Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro”, disponível em: http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2009/12/Relatorio_Milicias_completo.pdf; e o “Relatório final da CPI das Milícias”, disponível em: http://www.nepp-dh.ufrj.br/relatorio_milicia.pdf

³⁷ “Os movimentos de ocupação de terras organizados para pressionar o assentamento de famílias sem terra na região ocorreram em dois momentos distintos do século passado: os primeiros, no início dos anos 1960, com forte atuação das Ligas Camponesas; os últimos, no início da década de 1980, no contexto da abertura política e da crise econômica que gerou razoáveis índices de desemprego. Nesse segundo período, diversos desempregados urbanos, mas de origem rural, vislumbraram no retorno à terra um meio de acesso à moradia e à viabilização econômica. Esses movimentos ajudaram a resgatar para a agricultura extensas áreas que teriam sido loteadas em poucos anos e tomadas pela urbanização desordenada. Muitos dos grupos sociais que hoje se destacam nas áreas rurais desses municípios estavam envolvidos nos conflitos de terra dos anos 1960 e anos 1980”. Revista *Agriculturas: experiências em agroecologia*, v.9, n.2.

Referências bibliográficas

Relatórios do Instituto PACS

PACS. Desafios ao desenvolvimento local: terra e Habitação; Seminário Temático de Formação Terra e Habitação em Jacarepaguá. Rio de Janeiro, 2002.

PACS. Diagnóstico Sócio-ambiental da Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

PACS. Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA): impactos e irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

PACS. A história contada pela caça ou pelo caçador? Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique. Rio de Janeiro, 2012.

PACS. Até quando a TKCSA terá licença para produzir “chuva de prata” em Santa Cruz? Rio de Janeiro, 2013.

PACS. TKCSA: Um paraíso fiscal em Santa Cruz. Rio de Janeiro, 2013.

AS-PTA & PACS. Caminhos Agroecológicos do Rio de Janeiro: Caderno de experiências agroecológicas. Rio de Janeiro, 2014.

PACS. Mulheres Construindo Agroecologia Urbana. Rio de Janeiro, 2015.

PACS. Baía de Sepetiba: a fronteira do desenvolvimentismo e os limites para a construção de alternativas. Rio de Janeiro, 2015.

PACS. Brics na África: Mais do Mesmo? Rio de Janeiro, 2016.

PACS. Saiba por que o afastamento da presidenta Dilma é uma ameaça à liberdade no Brasil. Rio de Janeiro, 2016.

Referências Bibliográficas

ASPTA. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, v.9, n.2. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2012/10/Agriculturas-V9N2-SET-2012.pdf>

BAPTISTA, Kátia Aparecida. O CEBRAP nos Anos Setenta e a Emergência de uma Nova Interpretação do Brasil. *Perspectivas*, São Paulo, v. 37, p. 225-248, jan./jun. 2010.

BATISTA, Vera Malaguti. O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BORJA, Bruno. A Formação da Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado. TESE de Doutorado, 2013, Instituto de Economia da UFRJ.

BORÓN, Atílio. Duro de matar: el mito del desarrollo capitalista nacional en la nueva coyuntura política de América Latina. *En Memoria*, nº 218, México, 2007.

BOULOS, Guilherme. De que lado você está? Reflexões sobre a Conjuntura Política e Urbana no Brasil. 1ª Edição. São Paulo, Boitempo, 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique e Enzo Faletto, Dependencia y desarrollo en América Latina, 18ª edição, eSiglo XXI, México D.F., 1983.

CORDEIRO, Rui Mesquita. Os projetos de desenvolvimento do Brasil contemporâneo. Revista de Economia Política vol.34 n.2. São Paulo, 2014.

CPI DAS MILÍCIAS. Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar a Ação de Milícias no Âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

FERNANDES, Florestan. A integração do Negro na Sociedade de Classes - Volume 1. 1ª edição. São Paulo, 1964.

FIORI, José Luis. Introdução: De volta à questão da riqueza de algumas nações em José Luis Fiori (org.), Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Vozes: Petrópolis, 1999.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

IASI, Mauro Luis. Reflexão sobre o processo de consciência. São Paulo: CPV, 1999.

IBÁÑEZ, Mario Rodriguez. Conversatório sobre o Bem Viver, Desafios do fazer político em nosso tempo. Rio de Janeiro: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

JUSTIÇA GLOBAL. Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.

LA ROVERE, Renata Lebre. Desenvolvimento Econômico Local da Zona Oeste do Rio de Janeiro e de seu Entorno: diagnóstico sócio econômico do local. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

LESSA, Carlos. O Rio de todos os brasis. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LÖWY, Michael. Teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Revista Actuel Marx, 18, 1995. Tradução de Henrique Carneiro.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MORENO, Camila. O Brasil made in China: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo / Camila Moreno – São Paulo, Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. A grilagem como legado. In MOTTA, Márcia e PIÑEIRO, Théo Lobarinhas (orgs). Voluntariado e Universo Rural. Niterói: Vício de Leitura: 200.

OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. ESTUDOS CEBRAP, São Paulo - SP, v. 2, p. 3-82, 1972.

_____ A navegação venturosa – ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo Editorial, 1ª ed., 132 p, 2003.

_____ Acumulação Monopolista, Estado e Urbanização: A nova qualidade do Conflito de Classes. In Contradições Urbanas e Movimentos Sociais. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____ O Estado e o urbano no Brasil. Revista Espaço e Debates, v. 6, p. 37, 1982.

_____ Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo, Pólis; Programa Gestão Pública e Cidadania/EAESP/FGV, 2001.

PACHECO, Tânia. Racismo Ambiental: expropriação do território e negação da cidadania. Disponível online: <http://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/racismo-ambiental-expropriacao-do-territorio-e-negacao-da-cidadania-2/>

PRADO, Fernando C. A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo. TESE de Doutorado, 2015, PEPI - Instituto de Economia da UFRJ.

RIDENTI, Marcelo. Desenvolvimentismo: o retorno. Revista Espaço Acadêmico, nº 92, janeiro de 2009.

ROLNICK, Raquel. A Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. 1ª Edição, São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Ângela Moulin Simões Penalva. Economia fluminense: superando a perda de dinamismo? Revista Rio de Janeiro, n. 8, 2002.

SARAMAGO, José. A Caverna. Companhia das letras. São Paulo, 2000.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. Novos Estudos, CEBRAP, nº 85. São Paulo, 2009.

_____ Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____ Cutucando onças com varas curtas - O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff 2011-2014. Novos Estudos CEBRAP, julho de 2015.

TOLEDO, Caio Navarro de. ISEB: fábrica de ideologias. São Paulo: Ática, p. 11-15, 1977 (Ensaio, 28).

Anexos

Anexo I

Dados do censo de 2010 destacamos, na tabela abaixo, os resultados da Zona Oeste.

Tabela 2248 - Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e seus indicadores constituintes, segundo as Áreas de Planejamento, Regiões de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros - Município do Rio de Janeiro - 2010

Áreas de Planejamento, Regiões de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros	Índice de Desenvolvimento Social	% de domicílios com serviço de abastecimento de água adequado	% de domicílios com serviço de esgoto adequado	% de domicílios com serviço de coleta de lixo adequado	Nº de banheiros por moradores	% de	Rendimento domiciliar per capita em salários mínimos
Grumari	0,282	9,091	0	100	1,068	0	0,503
Vargem Grande	0,453	55,466	29,077	98,947	1,573	2,347	1,601
Guaratiba	0,487	89,469	51,525	99,374	1,284	2,807	0,887
Barra de Guaratiba	0,502	93,089	32,253	99,829	1,399	1,859	1,365
Sepetiba	0,517	94,847	69,08	99,714	1,294	3,235	0,882
Camorim	0,518	67,481	36,183	98,626	1,818	1,325	2,591
Vargem Pequena	0,519	78,301	66,171	99,51	1,526	3,139	1,457
Itanhangá	0,527	92,863	47,319	99,324	1,302	2,926	1,941
Santa Cruz	0,527	98,549	75,943	98,357	1,228	2,983	0,879
Paciência	0,536	99,125	82,415	99,32	1,222	2,902	0,847
Cosmos	0,542	99,377	83,368	99,684	1,209	2,059	0,88
Inhoaíba	0,543	97,583	87,869	99,295	1,23	2,686	0,862
Gericinó	0,545	100	89,597	89,933	1,208	1,235	1,022
Jacarepaguá	0,554	95,677	78,43	96,741	1,195	3,408	1,509
Senador Camará	0,554	99,495	91,02	99,418	1,235	2,516	0,967
Deodoro	0,554	99,787	91,158	96,232	1,18	2,195	0,982
Senador Vasconcelos	0,556	99,44	78,262	99,155	1,285	1,719	1,193
Santíssimo	0,558	98,91	88,418	99,2	1,289	1,974	1,045
Cidade de Deus	0,559	99,562	97,05	99,663	1,167	3,234	0,896
Pedra de Guaratiba	0,559	79,797	84,618	99,934	1,555	1,854	1,464
Gardênia Azul	0,57	99,369	88,365	99,668	1,198	2,085	1,232
Bangu	0,57	99,159	92,838	99,157	1,289	1,883	1,149
Campo Grande	0,572	98,394	81,011	99,452	1,388	1,441	1,447
Realengo	0,574	99,242	90,906	99,718	1,261	1,675	1,248
Magalhães Bastos	0,575	99,79	89,986	99,963	1,294	1,643	1,261
Curicica	0,58	98,464	84,491	99,396	1,431	1,887	1,466
Padre Miguel	0,582	99,551	96,065	99,901	1,266	1,403	1,243
Vila Militar	0,583	99,904	73,314	100	1,438	0,99	1,737
Tanque	0,595	97,937	92,434	99,753	1,419	1,698	1,627
Praça Seca	0,607	98,861	94,377	99,66	1,417	2,614	1,817
Taquara	0,612	99,326	86,797	99,837	1,545	1,387	2,068
Anil	0,632	98,797	76,667	99,975	1,907	1,252	3,009
Freguesia	0,64	97,35	78,729	99,582	1,864	1,536	3,284
Jardim Sulacap	0,641	97,334	88,902	99,886	1,626	0,437	2,66
Vila Valqueire	0,647	99,623	92,47	99,963	1,849	0,987	2,659
Pechincha	0,653	99,791	88,305	99,992	1,663	1,019	3,079
Recreio dos Bandeirantes	0,659	92,76	76,224	99,676	2,266	1,088	4,379
Campo dos Afonsos	0,701	100	99,733	100	2,221	0	3,332
Joá	0,76	94	50	100	4,152	0	10,144
Barra da Tijuca	0,77	99,187	88,665	99,973	2,757	0,433	8,551

Anexo II

Base de Dados Georeferenciada MTE /DIEESE (2010)

Região Administrativa: Campo Grande
População 2010: 542603
Estabelecimentos (2010): 4707
Empregos Formais (2010): 155044
Renda Média (2010): 1998.85
Requerentes Seguro-Desemprego (2010): 14945
Jovens Beneficiários - ProJovem (2009): 1265
Jovens Beneficiários - ProJovem (2010): 1
Educandos PNQ (2009): 638
Vagas Sine (2010): 2171
Inscritos Sine (2010): 15225
Empreendimentos Solidários 2005-2007: 25
Escolas Profissionalizantes (2010): 10

Região Administrativa: Guaratiba
População 2010: 123114
Estabelecimentos (2010): 663
Empregos Formais (2010): 12108
Renda Média (2010): 1941.36
Requerentes Seguro-Desemprego (2010): 4338
Jovens Beneficiários - ProJovem (2009): 247
Jovens Beneficiários - ProJovem (2010): 0
Educandos PNQ (2009): 194
Vagas Sine (2010): 300
Inscritos Sine (2010): 3439
Empreendimentos Solidários 2005-2007: 6
Escolas Profissionalizantes (2010): 0

Região Administrativa: Santa Cruz
População 2010 :367928
Estabelecimentos (2010) :1889
Empregos Formais (2010) :40402
Renda Média (2010) :2271.03
Requerentes Seguro-Desemprego (2010) :13881
Jovens Beneficiários - ProJovem (2009) :1098
Jovens Beneficiários - ProJovem (2010) :1
Educandos PNQ (2009) :877
Vagas Sine (2010) :3186
Inscritos Sine (2010) :11219
Empreendimentos Solidários 2005-2007 :39
Escolas Profissionalizantes (2010) :6

Região Administrativa: Barra da Tijuca
População 2010: 297190
Estabelecimentos (2010) :13626
Empregos Formais (2010) :165613
Renda Média (2010) :1900.34
Requerentes Seguro-Desemprego (2010) :7823
Jovens Beneficiários - ProJovem (2009) :77
Jovens Beneficiários - ProJovem (2010) :0

Educandos PNQ (2009) :22
Vagas Sine (2010) :11418
Inscritos Sine (2010) :2465
Empreendimentos Solidários 2005-2007 :0
Escolas Profissionalizantes (2010) :1

Região Administrativa: Realengo
População 2010: 244234
Estabelecimentos (2010): 1393
Empregos Formais (2010): 18858
Renda Média (2010): 1607.56
Requerentes Seguro-Desemprego (2010): 6663
Jovens Beneficiários - ProJovem (2009): 564
Jovens Beneficiários - ProJovem (2010): 11
Educandos PNQ (2009): 145
Vagas Sine (2010): 1670
Inscritos Sine (2010): 3783
Empreendimentos Solidários 2005-2007: 3
Escolas Profissionalizantes (2010): 5

Região Administrativa: Jacarepaguá
População 2010: 579750
Estabelecimentos (2010): 7303
Empregos Formais (2010): 115700
Renda Média (2010): 1769.42
Requerentes Seguro-Desemprego (2010): 20597
Educandos PNQ (2009): 172
Vagas Sine (2010): 6817
Inscritos Sine (2010): 7372
Empreendimentos Solidários 2005-2007: 20
Escolas Profissionalizantes (2010): 6

Região Administrativa: Bangu
População 2010: 428451
Estabelecimentos (2010): 3355
Empregos Formais (2010): 43677
Renda Média (2010): 1260.84
Requerentes Seguro-Desemprego (2010): 9486
Jovens Beneficiários - ProJovem (2009): 896
Educandos PNQ (2009): 491
Vagas Sine (2010): 1088
Inscritos Sine (2010): 9294
Empreendimentos Solidários 2005-2007: 10
Escolas Profissionalizantes (2010): 10

